



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

**Processo:** 23066.064736/2022-61

**Modalidade:** Pregão eletrônico

**Tipo:** Menor Preço

**Regime de Execução:** Empreitada por preço unitário

**Número:** 71/2022

**OBJETO:** - Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução da **SERVIÇO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, incluindo o fornecimento de mão-de-obra especializada, de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à prestação dos serviços, conforme especificações, condições e quantitativos descritos neste Termo de Referência e em seus anexos.

**CIPAC - CATSER:162-7 - Manutenção / Reforma Predial**

**Prazo Vigência:** O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contado da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, limitado a 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, com os devidos cálculos dos reajustes e das repactuações trabalhistas.

**Valor Total Estimado do Serviço:** R\$ 18.929.901,40 (Dezoito milhões novecentos e vinte e nove mil novecentos e um reais e quarenta centavos)

**Fonte de recursos:** Tesouro Nacional e/ou Recursos Próprios.

**Data da sessão:** 27 de janeiro de 2023

**Horário:** 09:00h (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## DEFINIÇÕES E TERMOS UTILIZADOS

Para efeito desse Termo de Referência, entendem-se os termos por:

Adjudicatária – define a empresa quando da assinatura do contrato;

Administração – Universidade Federal da Bahia, que contratará os serviços objeto da presente licitação;

Contratante UFBA – Universidade Federal da Bahia, que contratará os serviços objeto da presente licitação;

Contratado - define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto deste certame;

Fiscalização - define a equipe que representará a UFBA perante o Contratado e a quem este último deverá se reportar.

Licitante - define a empresa participante do certame.

UFBA – Universidade Federal da Bahia, que contratará os serviços objeto da presente licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



## 1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em **SERVIÇO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, incluindo o fornecimento de mão-de-obra especializada, de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à prestação dos serviços, conforme especificações, condições e quantitativos descritos neste Termo de Referência e em seus anexos;

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	TRATAMENTO DIFERENCIADO	CATMAT OU CATSER/SIPAC	UNID FORN	QUANT	VALOR UNIT MÁXIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/REFORMA PREDIAL Unidade 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. CATSER: 1627 Quant. Int. 153038 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	AMPLA CONCORRÊNCIA	CATMAT 1627 39160000000047	Unidade	1	R\$ 18.929.901,40	R\$ 18.929.901,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							<b>R\$ 18.929.901,40</b>

1.2. É parte integrante deste Termo de Referência:

1.2.1. Anexo II - Modelos de Acordo de Níveis de Aceitação dos Serviços

1.2.2. Anexo III - Especificação Técnica de Serviços e Materiais;

1.2.3. Anexo IV - Declaração de Vistoria;

1.2.4. Anexo V - Relação das Unidades da UFBA;

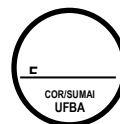
1.2.5. Anexo VI - Descrição dos Serviços de Manutenção Preventiva Núcleo de Elétrica.

1.2.6. Anexo VII - Planilha Orçamentária;

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na Planilha Orçamentária, conforme anexo ;

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO pela sua natureza e pela imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras como orienta o Acórdão do TCU 1978/2013

1.6. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contado da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, limitado a 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, com os devidos cálculos dos reajustes e das repactuações trabalhistas.

1.7. O prazo de execução é de 12 (doze) meses.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Esta licitação visa a contratação de empresa especializada em serviço de engenharia de manutenção e conservação para atender as várias edificações nos campi da Universidade Federal da Bahia, compostos de prédios centenários, acadêmicos, administrativos, laboratórios e hospitalares incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais e serviços sob demanda, todas as ferramentas, equipamentos e EPI's necessários à prestação dos serviços.

3.2. Será montada 03 bases fixas: 01 no Campus Canela (estacionamento do PAC); 01 no Campus Federação (estacionamento da POLI); e 01 no campus ondina (fundo da SUMAI). As equipes estarão alocadas nas bases poderão flutuar entre elas de acordo com as necessidades determinadas pela Contratante, que no início do contrato definirá as equipes por base.

3.3. O fornecimento da equipe de mão de obra especializada será dividido em três grupos: equipe de gerenciamento; equipe de apoio e equipe de atendimento.

### 3.4. Equipe de gerenciamento:

3.4.1. Será composta por: 02 engenheiros civis e/ou arquitetos; 01 engenheiro eletricista; 01 técnico de segurança; 03 encarregados de manutenção civil; e 03 encarregados de manutenção elétrica. Totalizando 10 (dez) técnicos. Ver tabela a seguir:

EQUIPE DE GERENCIAMENTO	QUANT.
Encarregado de Manutenção Civil	3
Encarregado de Manutenção Elétrica	3
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto	2
Engenheiro Eletricista	1
Técnico de Segurança do Trabalho	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



### 3.5. Equipe de Apoio:

3.5.1. Será composta por: 01 almoxarife; 04 assistentes técnico administrativo; 04 serralheiros; e 01 vidraceiro. Totalizando 10 (dez) técnicos. Ver tabela a seguir:

EQUIPE DE APOIO	QUANT.
Almoxarife	1
Assistente Técnico Administrativo	4
Serralheiro	4
Vidraceiro	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

### 3.6. Equipe de Atendimento:

3.6.1. Cada equipe será composta de: 01 ajudante de eletricista; 04 ajudantes de manutenção civil; 01 carpinteiro; 01 eletricista; 01 encanador; 01 pedreiro; 01 pintor e 01 telhadista. Totalizando 11 (onze) técnicos por equipe. Ver tabela a seguir:

TÉCNICOS POR EQUIPE	QUANT.
Ajudante de Eletricista	1
Ajudante de Manutenção Civil	4
Carpinteiro	1
Eletricista	1
Encanador	1
Pedreiro	1
Pintor	1
Telhadista	1
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

3.6.2. Inicialmente serão montadas 09 (nove) equipes básicas sendo inicialmente: 03 equipes para atender a base Campus Canela e unidades dispersas; 02 equipes para atender a base da Federação; 03 equipes para atender a base Campus Ondina; e 01 equipe de emergência/atendimento diário.

3.6.3. Além dos técnicos listados nos grupos acima serão necessários alocar:

3.6.3.1. 02 encanadores e 02 ajudantes para atender ao Programa Água Pura;

3.6.3.2. 01 encanador, 01 eletricista e 01 ajudante, 01 pedreiro para ficarem baseados em Camaçari;

3.6.3.3. 01 encanador e 01 ajudante, 01 eletricista e 01 ajudante, 01 pedreiro e 01 ajudante, 01 Pintor e 01 ajudante; para ficarem baseados no Campus Edgard Santos em Vitória de Conquista

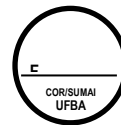


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



3.6.4. Totalizando para a equipe de atendimento 115 (cento e quinze) técnicos.

3.7. Dessa forma, teremos um total de 135 (cento e trinta e cinco) técnicos distribuídos da seguinte forma:



## MANUTENÇÃO 2023

Equipe Técnica		Campus Canela Unidades Dispersas	Campus Federação	Campus Ondina	Emergência atende. Diário	Programa Água Pura	Campus Camaçari	Campus IMSCAT	TOTAL
Gerenciamento	Quant.								
Encarregado Civil	3	1	1	1					3
Encarregado Elétrica	3	1	1	1					3
Eng. Civil/Arquiteto	1	1		1					2
Eng. Eletricista	1			1					1
Técnico de Segurança	1			1					1
Apoio	Quant.								
Almoxarife	1			1					1
Assit. Técnico Admin.	4			4					4
Serralheiro	4	2		2					4
Vidraceiros	1			1					1
Equipe básica de Atendimento	Quant.								
Ajudante carpinteiro	1	3	2	3	1				9
Ajudante eletricista	1	3	2	3	1		1	1	11
Ajudante encanador	1	3	2	3	1	2		1	12
Ajudante pedreiro	1	3	2	3	1		1	1	11
Ajudante Pintor	1	3	2	3	1			1	10
Carpinteiro	1	3	2	3	1				9
Eletricista	1	3	2	3	1		1	1	11
Encanador	1	3	2	3	1	2		1	12
Pedreiro	1	3	2	3	1		1	1	11
Pintor	1	3	2	3	1			1	10
Telhadista	1	3	2	3	1				9
TOTAIS		38	24	46	11	4	4	8	135



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



### 3.8. CUSTO DE MÃO DE OBRA:

3.8.1. Ver planilha de estimativa da mão de obra com base nos salários da medição de outubro/2022.

TABELA DE PROFISSIONAIS SEM PLANO DE SAÚDE E ADICIONAL DE HORAS EXTRAS									
SEQ.	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	FUNCIONÁRIOS	PREÇO(R\$)		PREÇO TOTAL (R\$)	
1	17.10.2022/ORSE AGOSTO	FORNECIMENTO DE EQUIPE ESPECIALIZADA				SALÁRIO BRUTO	ENCARGOS SOCIAIS	ENCARGOS COMPLEMEN TARES	
1.1	COMPOSIÇÃO	ENGENHEIRO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	2,00	10.908,00	7.734,86	941,42	470.022,79
1.2	COMPOSIÇÃO	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	MÊS	12,00	1,00	14.180,40	10.055,32	1.161,94	304.771,94
1.3	COMPOSIÇÃO	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	3.892,07	2.759,86	872,29	90.290,64
1.4	COMPOSIÇÃO	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	3,00	3.238,99	2.296,77	1.320,65	246.830,70
1.5	COMPOSIÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	4,00	2.123,33	1.505,65	1.205,66	232.062,89
1.6	COMPOSIÇÃO	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	1.955,97	1.386,98	1.134,49	53.729,28
1.7	COMPOSIÇÃO	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	4,00	2.104,77	1.492,49	1.341,74	237.072,30
1.8	COMPOSIÇÃO	AJUDANTE DE MANUTENÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	42,00	1.310,22	929,08	1.370,24	1.819.205,04
1.9	COMPOSIÇÃO	CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	9,00	2.104,77	1.492,49	1.327,63	531.888,79
1.10	COMPOSIÇÃO	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	2.104,77	1.492,49	1.566,79	619.686,74
1.11	COMPOSIÇÃO	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	2.104,77	1.492,49	1.363,33	595.271,54
1.12	COMPOSIÇÃO	TELHADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	9,00	2.080,37	1.475,19	1.321,15	526.684,44
1.13	COMPOSIÇÃO	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	2.104,77	1.492,49	1.363,33	59.527,15
1.14	COMPOSIÇÃO	ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	2.736,20	1.940,24	1.457,03	736.016,29
1.15	COMPOSIÇÃO	AJUDANTE DE ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	11,00	1.703,29	1.207,80	1.487,62	580.629,58
1.16	COMPOSIÇÃO	ENCANADOR COM INSALUBRIDADE (10%) E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	11,00	2.225,97	1.578,44	1.242,84	666.236,62
1.17	COMPOSIÇÃO	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	3,00	4.210,69	2.985,80	1.396,09	309.332,71
<b>PROFISSIONAIS ALOCADOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b>									
1.18	COMPOSIÇÃO	ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	2.736,20	1.940,24	1.457,03	73.601,63
1.19	COMPOSIÇÃO	ENCANADOR COM INSALUBRIDADE (10%) E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	2.225,97	1.578,44	1.242,84	60.566,97
1.20	COMPOSIÇÃO	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	2.104,77	1.492,49	1.363,33	59.527,15
<b>SUBTOTAL I:</b>									<b>8.272.955,20</b>

### 3.9. RESUMO DA CONTRATAÇÃO

#### RESUMO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	SUBTOTAL	B.D.I.	V.TOTAL(R\$) C/B.D.I. POR MÊS	V.TOTAL(R\$) C/B.D.I. POR ANO	%
1	FORNECIMENTO DE EQUIPE ESPECIALIZADA	8.736.236,38	2.096.529,92	902.730,52	10.832.766,30	57,23%
2	SERVIÇOS SOB DEMANDA	2.983.457,50	745.909,17	310.780,56	3.729.366,67	19,70%
3	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COM B.D.I DIFERENCIADO	3.765.314,41	602.454,02	363.980,70	4.367.768,43	23,07%
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 15.485.008,29</b>	<b>R\$ 3.444.893,11</b>	<b>R\$ 1.577.491,78</b>	<b>R\$ 18.929.901,40</b>	<b>100,00%</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI

PROCESSO Nº 23066.064736/2022-61



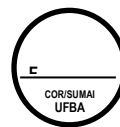
Planilha Estimativa de Mão de Obra

REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		UND	QUANTIDADE	PROFISSIONAIS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	17.10.2022/0 RSE AGOSTO	FORNECIMENTO DE EQUIPE ESPECIALIZADA					
		PROFISSIONAIS				R\$ 5.787.044,25	
1.1	composição	ENGENHEIRO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	2,00	19.584,28	470.022,79
1.2	composição	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE	MÊS	12,00	1,00	25.397,66	304.771,94
1.3	composição	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	7.524,22	90.290,64
1.4	composição	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	4,00	4.834,64	232.062,89
1.5	composição	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	4.477,44	53.729,28
1.6	composição	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	3,00	6.856,41	246.830,70
1.7	composição	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	4,00	4.939,01	237.072,30
1.8	composição	AJUDANTE DE MANUTENÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	42,00	3.609,53	1.819.205,04
1.9	composição	CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	9,00	4.924,90	531.888,79
1.10	composição	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	5.164,06	619.686,74
1.11	composição	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	4.960,60	595.271,54
1.12	composição	TELHADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	9,00	4.876,71	526.684,44
1.13	composição	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	4.960,60	59.527,15
1.14	cotação	PLANO DE SAÚDE CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA	MÊS	6,00	135,00	263,93	213.783,30
		PROFISSIONAIS COM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (30%)				R\$ 1.625.978,57	
1.15	composição	ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	3,00	8.592,58	309.332,71
1.16	composição	ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	10,00	6.133,47	736.016,29
1.17	composição	AJUDANTE DE ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	11,00	4.398,71	580.629,58
		PROFISSIONAIS COM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (10%)				R\$ 666.236,62	
1.18	composição	ENCANADOR COM INSALUBRIDADE (10%) E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	11,00	5.047,25	666.236,62
		ADICIONAIS DE HORA EXTRA				R\$ 249.497,88	
1.19	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENGENHEIRO CIVIL	H	200,00		133,53	26.705,84
1.20	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENGENHEIRO ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE	H	200,00		173,59	34.717,59
1.21	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	H	200,00		51,30	10.260,30
1.22	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO CIVIL COM PERICULOSIDADE - SÁBADOS	H	200,00		52,98	10.596,27
1.23	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO CIVIL COM PERICULOSIDADE - DOMINGOS	H	200,00		65,45	13.089,51
1.24	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA TÉCNICO ELETRICISTA PLANTONISTA COM PERICULOSIDADE - SÁBADOS	H	200,00		47,39	9.479,00
1.25	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA TÉCNICO ELETRICISTA PLANTONISTA COM PERICULOSIDADE - DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		58,55	11.709,35
1.26	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENCANADOR PLANTONISTA COM INSALUBRIDADE (10%) - SÁBADOS	H	200,00		39,00	7.800,29
1.27	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA ENCANADOR PLANTONISTA COM INSALUBRIDADE (10%) - DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		48,18	9.635,65
1.28	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA AJUDANTE DE MANUTENÇÃO CIVIL - SÁBADOS	H	200,00		27,89	5.578,37
1.29	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA AJUDANTE DE MANUTENÇÃO CIVIL -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		34,45	6.890,93
1.30	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA SERRALHEIRO - SÁBADOS	H	200,00		38,17	7.633,01
1.31	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA SERRALHEIRO -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		47,15	9.429,01
1.32	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA CARPINTEIRO - SÁBADOS	H	200,00		38,06	7.611,20
1.33	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA CARPINTEIRO -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		47,01	9.402,07
1.34	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA PEDREIRO - SÁBADOS	H	200,00		38,33	7.666,38
1.35	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA PEDREIRO -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		47,35	9.470,23
1.36	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA PINTOR - SÁBADOS	H	200,00		39,90	7.980,81
1.37	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA PINTOR -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		49,29	9.858,65
1.38	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA TELHADISTA - SÁBADOS	H	200,00		37,68	7.536,73
1.39	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA TELHADISTA -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		46,55	9.310,08
1.40	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA VIDRACEIRO - SÁBADOS	H	200,00		38,33	7.666,38
1.41	composição	ADICIONAL DE HORA EXTRA PARA VIDRACEIRO -DOMINGOS E FERIADOS	H	200,00		47,35	9.470,23
		PROFISSIONAIS ALOCADOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA				R\$ 193.695,75	
1.42	composição	ELETRICISTA COM PERICULOSIDADE E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	6.133,47	73.601,63
1.43	composição	ENCANADOR COM INSALUBRIDADE (10%) E ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	5.047,25	60.566,97
1.44	composição	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12,00	1,00	4.960,60	59.527,15
SUBTOTAL I:						R\$ 8.736.236,38	
B.D.I. (I):						24,00%	R\$ 2.096.529,92
TOTAL I:						R\$ 10.832.766,30	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



### 3.9. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS:

3.9.1. As mínimas atribuições/formações dos componentes da equipe permanente são:

3.9.1.1. **Engenheiros/Arquitetos (Eletricistas e Civil/Arquiteto):** deverão ser graduados e com experiência comprovada de, no mínimo, 5 (cinco) anos no acompanhamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com os definidos neste Termo de Referência; Pós-graduação em Engenharia de Produção (GESTOR), com comprovação do título e experiência na coordenação de equipes e serviços compatíveis com os definidos neste Termo de Referência. **O Engenheiro Eletricista com cursos de NR10 e SEP**

3.9.1.2. **Encarregado de Elétrica** -Requisito: Ensino médio completo, curso Técnico de Eletrotécnica, Carteira de Habilitação Classe B, registro no CREA (ou CFT), cursos de NR10, NR 35 e SEP, experiência: 2 (dois) anos, comprovada em carteira de trabalho.

3.9.1.3. **Encarregado geral:** ensino médio completo, formação técnica, com experiência comprovada de, no mínimo, 1(um) ano na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com os definidos neste Termo de Referência, com habilitação categoria B.

3.9.1.4. **Técnicos:** ensino médio completo, formação técnica em manutenção e/ou treinamento, devidamente comprovado.

3.9.1.5. **Auxiliar de Rotinas e Ajudante de Manutenção:** ensino médio completo, formação técnica comprovada para suas atribuições.

3.9.1.6. **Demais Profissionais:** Experiência comprovada em carteira na área de atuação.

3.9.1.7. **Engenheiro Civil/Produção, de Manutenção/Elétrica** – Profissional com experiência em gestão de manutenção, comprovada através de atestado de capacidade técnica devidamente registrada no CREA.

3.9.1.8. Os **engenheiros de manutenção (Civil /Arquiteto e Elétrica)** serão responsáveis por:

3.9.1.8.1. Coordenação e Supervisão da equipe residente, através de orientações e esclarecimentos de dúvidas técnicas e operacionais para a execução dos serviços.

3.9.1.8.2. Acompanhamento e controle presencial da execução dos Serviços Programados e emergenciais, verificando a produtividade das equipes de trabalho, a quantidade e a qualidade dos serviços executados, inclusive aqueles que demandarem em dias e horários fora do expediente normal.

3.9.1.8.3. Participação de reuniões com a fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA para receber e prestar orientações e esclarecimentos sobre a execução dos serviços.

3.9.1.8.4. Garantir que os dados referentes à execução das Ordens de Serviços sejam efetivamente inseridos no sistema informatizado.

3.9.1.8.5. Zelar pela manutenção e guarda dos instrumentos, equipamentos e ferramentas de trabalho, bem como pelas condições de higiene e de segurança de trabalho.

3.9.1.8.6. Acompanhar, supervisionar e dar suporte técnico aos serviços de terceiros envolvidos direta e indiretamente com o objeto deste Edital.

3.9.1.8.7. Fazer vistorias periódicas nos campi da Universidade Federal da Bahia - UFBA, no intuito de identificar e corrigir problemas referentes à manutenção.

3.9.1.8.8. Garantir que a execução de serviços atenda as normas técnicas e procedimentos de qualidade e de segurança, demonstrando domínio de conhecimentos técnicos específicos da área.

3.9.1.8.9. Apoiar a equipe de manutenção com informações e ações que promovam a melhoria da qualidade da manutenção, tanto na execução do serviço, quanto no atendimento aos usuários.



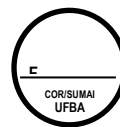
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.8.10. Organizar e atualizar dados referentes às edificações e seus componentes como fotos, diagramas, esquemas, desenhos, plantas, manuais de operação e manutenção, etc.
- 3.9.1.8.11. Inspecionar o recebimento e organização do armazenamento e movimentação de materiais.
- 3.9.1.8.12. Sugerir procedimentos e verificar conformidade de processos.
- 3.9.1.8.13. Elaborar plano de manutenção preventiva e acompanhar a sua execução.
- 3.9.1.8.14. Realizar o relatório das Ações Integradas.
- 3.9.1.8.15. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
  
- 3.9.1.9. **Auxiliar Administrativo**- Experiência comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.9.1. Garantir que os materiais necessários para a execução das Ordens de Serviços estejam disponíveis nos prazos programados.
- 3.9.1.9.2. Obter e fornecer os materiais e sobressalentes requisitados para a manutenção.
- 3.9.1.9.3. Implementar uma política de ressurgimento automático e manutenção de estoque, em consonância com os indicadores de consumo, de modo a evitar a falta do material necessário, utilizando técnicas Just in time.
- 3.9.1.9.4. Fornecer, de modo ágil, informações consistentes sobre o andamento dos processos de compra, assim como saldos de estoque e dados cadastrais atualizados de materiais e sobressalentes.
- 3.9.1.9.5. Manter programas de preservação de materiais e sobressalentes estocados, observando os critérios e meios de preservá-los.
- 3.9.1.9.6. Conhecer e informar, de modo ágil, as condições de fornecimento pelo mercado de materiais e de sobressalentes, assim como o prazo total para obtê-los.
- 3.9.1.9.7. Informar sobre as melhores possibilidades de materiais disponíveis no mercado.
- 3.9.1.9.8. Registrar e atualizar os dados referentes aos materiais utilizados pela manutenção.
- 3.9.1.9.9. Emitir a planilha do material fornecido para compor a cobrança mensal.
- 3.9.1.9.10. Guardar e controlar as ferramentas fornecidas pela Contratada, necessárias para a execução dos serviços nos prazos programados.
- 3.9.1.9.11. Realizar o relatório das Ações Integradas.
- 3.9.1.9.12. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
  
- 3.9.1.10. **Encarregado de Elétrica** - profissional com ensino médio completo, curso Técnico de Eletrotécnica, Carteira de Habilitação Classe B registro no CREA ou CFT NR10, NR35 e SEP experiência: 2 (dois) anos, comprovada em carteira de trabalho.
- 3.9.1.10.1. Supervisionar, comandar e fiscalizar os serviços de manutenção elétrica, inspecionando o local, seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
- 3.9.1.10.2. Cuidar da disciplina;
- 3.9.1.10.3. Controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados;
- 3.9.1.10.4. Fiscalizar o uso dos equipamentos;
- 3.9.1.10.5. Controlar estoques de peças de reposição utilizadas pela equipe fixa, mantendo quantidade mínima;
- 3.9.1.10.6. Implementar planos de manutenção preventiva ou preditiva, supervisionados pelo responsável técnico;
- 3.9.1.10.7. Receber documentos e instruções da FISCALIZAÇÃO e repassá-las à equipe;
- 3.9.1.10.8. Emitir documentos;
- 3.9.1.10.9. Estar em contato permanente com a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.10.10. Transportar pessoas, materiais, ferramentas e pequenos volumes em veículo de passeio.
- 3.9.1.11. **Técnico Eletricista - profissional** - ensino médio completo, cursos de NR10, NR 35 e SEP com experiência oficial como eletricista comprovada de **3 anos** através de registro em carteira de trabalho
- 3.9.1.11.1. Executar reparos, ajustes, regulagens nos equipamentos, painéis, cabos, sistemas de iluminação, bem como executar pequenos serviços ou reformas na parte elétrica.
- 3.9.1.11.2. Executar a manutenção elétrica preventiva e corretiva de acordo com a programação fornecida pelo coordenador da Contratada.
- 3.9.1.11.3. Executar serviços de substituição de contatos e bobinas de chaves contadoras, rolamentos de motores, circuitos eletrônicos, disjuntores e equipamentos de controle e medição dos painéis.
- 3.9.1.11.4. Executar leituras de corrente, tensão, resistência ôhmica, testes de isolamento, de aterramento e de funcionamento, com as respectivas anotações nas folhas de registros.
- 3.9.1.11.5. Substituir cabos danificados, lâmpadas e reatores, assim como tratamento das partes metálicas danificadas.
- 3.9.1.11.6. Realizar manutenção de subestações.
- 3.9.1.11.7. Efetuar a manutenção de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos;
- 3.9.1.11.8. Executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- 3.9.1.11.9. Interpretar desenhos e diagramas elétricos;
- 3.9.1.11.10. Executar medições de grandezas elétricas;
- 3.9.1.11.11. Diagnosticar anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias.
- 3.9.1.12. **Ajudante de Eletricista em manutenção predial:** Requisito: Ensino fundamental II e conhecimento básico de eletricidade e curso atualizado de NR10, NR35.
- 3.9.1.12.1. Auxiliar o Técnico Eletricista em Manutenção Predial no exercício de manutenção em instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos, execução de alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas, medição de grandezas elétricas e no diagnóstico de anomalias nos equipamentos elétricos e sistemas elétricos prediais.
- 3.9.1.12.2. O profissional poderá também executar tarefas que envolva baixa complexidade técnica de acordo com a sua área de atuação.
- 3.9.1.13. **Encanador/bombeiro hidráulico:** Experiência como encanador comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.13.1. Executar reparos, ajustes, regulagens nas válvulas, registros, tubulações, caixas de descarga, bombas centrífugas, bem como executar pequenos serviços ou reformas nas instalações hidráulicas, sanitárias e águas pluviais;
- 3.9.1.13.2. Executar a manutenção preventiva e corretiva de acordo com a programação fornecida pelo encarregado de manutenção;
- 3.9.1.13.3. Executar serviços de substituição de rolamentos e reparos das bombas centrífugas;
- 3.9.1.13.4. Desentupir tubulações e caixas de esgoto e de águas pluviais, assim como válvulas, ralos e sifões;
- 3.9.1.13.5. Ter conhecimento e proceder conforme normas de segurança do trabalho.
- 3.9.1.13.6. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.



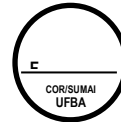
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.14. **Pedreiro** - Experiência como pedreiro, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.14.1. Preparar argamassa, assentar tijolos, azulejos, emboçar paredes e outros;
  - 3.9.1.14.2. Reparar paredes assentando tijolos, nivelando, emboçando para receber azulejos ou deixá-las em condições de receber pintura ou fixação de outros materiais de revestimento;
  - 3.9.1.14.3. Preparar base em cimento ou tijolos para assentamento de grades, paralelepípedos e pisos cerâmicos ou de madeira.
  - 3.9.1.14.4. Reformar pisos, paredes e telhados.
  - 3.9.1.14.5. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
- 3.9.1.15. **Pintor** - Experiência como pintor, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.15.1. Raspar, lixar, emassar superfícies de madeira, de ferro e emboçadas, objetivando a pintura com tintas adequadas;
  - 3.9.1.15.2. Preparar tintas plásticas, a óleo, epóxi, acrílicas e vernizes para as suas aplicações;
  - 3.9.1.15.3. Pintura em madeiras, metais, mobiliários, utensílios, paredes, painéis, pisos, esquadrias, utilizando pistolas, pincéis e rolos, aplicando os materiais adequados de acordo com as superfícies a serem pintadas;
  - 3.9.1.15.4. Identificar e tratar corrosão nas peças metálicas das estruturas e esquadrias;
  - 3.9.1.15.5. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
- 3.9.1.16. **Carpinteiro** - Experiência como carpinteiro, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.16.1. Reparar e instalar lambris, caixilhos de portas e janelas, utilizando madeiras e máquinas apropriadas, bem como fixá-los em locais indicados;
  - 3.9.1.16.2. Colocar fechaduras, dobradiças, puxadores e outras ferragens necessárias às portas e janelas;
  - 3.9.1.16.3. Confeccionar peças e estruturas em madeira utilizando ferramentas, cortando e moldando, tendo como referência desenhos ou modelos fornecidos;
  - 3.9.1.16.4. Montar e desmontar estruturas de madeira tendo como referências as dimensões de desenhos ou modelos existentes;
  - 3.9.1.16.5. Efetuar reparos e realizar serviços de manutenção de esquadrias e estruturas em aço ou ferro utilizando ferramentas apropriadas;
  - 3.9.1.16.6. Efetuar levantamento de materiais necessários à execução dos serviços acima mencionados;
  - 3.9.1.16.7. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
  - 3.9.1.16.8. Executar serviços de manutenção corretiva e preventiva nos telhados da UFBA, das peças, das estruturas primárias e secundárias dos telhados e telhas das edificações.
- 3.9.1.17. **Telhadista** - Experiência como telhadista, comprovada através de carteira de trabalho
- 3.9.1.17.1. Reparar e instalar telhados, utilizando madeiras e máquinas apropriadas, bem como fixá-los em locais indicados;
  - 3.9.1.17.2. Confeccionar peças e estruturas em madeira utilizando ferramentas, cortando e moldando, tendo como referência desenhos ou modelos fornecidos;
  - 3.9.1.17.3. Montar e desmontar estruturas de madeira tendo como referências as dimensões de desenhos ou modelos existentes;
  - 3.9.1.17.4. Efetuar reparos e realizar serviços de manutenção de estrutura e estruturas em aço ou ferro utilizando ferramentas apropriadas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.17.5. Efetuar levantamento de materiais necessários à execução dos serviços acima mencionados;
- 3.9.1.17.6. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato.
- 3.9.1.17.7. Executar serviços de manutenção corretiva e preventiva nos telhados da UFBA, das peças, das estruturas primárias e secundárias dos telhados e telhas das edificações.
- 3.9.1.18. **Serventes ou Ajudantes de Manutenção** - Experiência como servente, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.18.1. Descarregar, transportar e fornecer materiais, equipamentos e/ou ferramentas tendo em vista a sua utilização nos serviços de manutenção;
- 3.9.1.18.2. Escavar valas, buracos, abrir paredes, a fim de permitir a execução de fundações, aplicação de tubulações, fiações e outras instalações;
- 3.9.1.18.3. Preparar massas, misturando areia, cimento e água em quantidades determinadas pelo superior imediato;
- 3.9.1.18.4. Executar outras tarefas correlatas inerentes à função solicitada pela fiscalização do contrato
- 3.9.1.19. **Técnico em Segurança no Trabalho** - 2º grau e curso técnico profissionalizante a ser avaliado, habilitado com CREA e experiência comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.19.1. Informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- 3.9.1.19.2. Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
- 3.9.1.19.3. Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;
- 3.9.1.19.4. Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo Prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador;
- 3.9.1.19.5. Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos;
- 3.9.1.19.6. Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- 3.9.1.19.7. Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;
- 3.9.1.19.8. Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do trabalhador;
- 3.9.1.19.9. Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.19.10. Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida;
- 3.9.1.19.11. Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene dos trabalhos previstos na legislação ou constantes em contratos de Prestação de serviço;
- 3.9.1.19.12. Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e Técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;
- 3.9.1.19.13. Levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações preventivas, normas regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;
- 3.9.1.19.14. Articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos das áreas e atividades, para subsidiar a adoção de medidas de prevenção ao nível de pessoal;
- 3.9.1.19.15. Informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubre, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;
- 3.9.1.19.16. Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- 3.9.1.19.17. Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- 3.9.1.19.18. A jornada de trabalho de 44 horas semanais será prestada de segunda a quinta-feira das 07:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas e sexta-feira de 7:00 às 12:00 horas e 13:00 às 16:00 horas para todos os funcionários da CONTRATADA com exceção dos Eletricistas e Encanador, que terão sua jornada de trabalho diferenciada: Segunda a Quinta das 13:00 às 22:00 horas e sexta 14:00 às 22:00 horas
- 3.9.1.19.19. Para atendimento deste horário de trabalho e com vistas ao cumprimento das 44 horas semanais, conforme disposição acima, a CONTRATADA deverá realizar acordo de prorrogação de horário com os seus empregados envolvidos na execução do serviço, a fim de evitar incidência de adicional de hora extraordinária.
- 3.9.1.19.20. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização do contrato cópia do referido documento. No caso de ausências para tratamento de saúde, férias ou outras, deverá haver cobertura imediata do Posto de serviço por mão de obra de nível equivalente.
- 3.9.1.19.21. Serviços considerados como essenciais, deverão ser realizados, em casos de emergência, fora deste horário, por solicitação formal do fiscal do Contrato, devidamente justificada, ao qual caberá o acompanhamento dos serviços, com controle do horário despendido na execução das atividades, para efeito de pagamento, sendo estimada a quantidade máxima de 240 horas extras durante o período contratual (12 meses).
- 3.9.1.19.22. Os serviços emergenciais serão realizados por solicitação formal da Fiscalização, devidamente justificada, cabendo ao fiscal o seu acompanhamento e controle do horário despendido na sua execução.
- 3.9.1.19.23. A CONTRATADA deve substituir, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer empregado julgado inconveniente, inabilitado, com baixo desempenho de produtividade, e que não se adeque ao trabalho em ambiente acadêmico universitário pela Fiscalização da Coordenação de Manutenção/SUMAI.



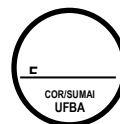
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 3.9.1.19.24. Cabe a CONTRATADA promover treinamento para o seu pessoal, fora do horário normal de trabalho, sem custo adicional, com programa que contemple as áreas técnicas inerentes aos serviços objetos deste contrato, bem como reuniões semanais que abordem os aspectos de Segurança, Higiene do Trabalho e Biossegurança.
- 3.9.1.19.25. A empresa deverá apresentar no primeiro mês de contrato, o plano anual de treinamento, constando o curso de capacitação e qualificação profissional das diversas disciplinas do contrato, sob pena de advertência.
- 3.9.1.20. **Vidraceiro** - Experiência como vidraceiro, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.20.1. Cortar, montar e instalar vidros e espelhos em portas, janelas, divisórias, vitrines, prateleiras, móveis e veículo
- 3.9.1.20.2. • Selecionar o vidro, baseando-se nas dimensões e tipos requeridos, para ajustá-los ao local de colocação.
- 3.9.1.20.3. • Efetuar a traçagem e o corte de peças de vidros.
- 3.9.1.20.4. • Efetuar a limpeza dos encaixes e os procedimentos necessários para a fixação de peças de vidro.
- 3.9.1.20.5. • Montar peças de vidro em encaixes e dar o acabamento necessário ao trabalho.
- 3.9.1.20.6. • Fixar vidros em quadros de madeira, pregando molduras em seu contorno.
- 3.9.1.20.7. • Polir as bordas das chapas de vidro.
- 3.9.1.20.8. • Aplicar massa de vidro para fixação das chapas.
- 3.9.1.20.9. • Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
- 3.9.1.21. **Almoxarife** - Experiência como almoxarife de obras, comprovada através de carteira de trabalho.
- 3.9.1.21.1. Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlar os estoques. Distribuir produtos e materiais a serem expedidos. Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.
- 3.9.1.21.2. Controle de entrada e saída de materiais:
- 3.9.1.21.2.1. • Controle das atividades de recebimento e devolução de materiais;
- 3.9.1.21.2.2. • Análise de documentação recebida;
- 3.9.1.21.2.3. • Controle dos volumes declarados na Nota Fiscal;
- 3.9.1.21.2.4. • Procedimento de conferência visual, verificação das condições de embalagem quanto a possíveis avarias na carga transportada;
- 3.9.1.21.2.5. • Proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos materiais recebidos;
- 3.9.1.21.2.6. • Decidir pela recusa, aceite ou devolução, conforme o caso;
- 3.9.1.21.2.7. • Liberar o material desembaraçado para estoque no almoxarifado.
- 3.9.1.21.3. Estocagem de materiais
- 3.9.1.21.3.1. • Guardar na localização adotada;
- 3.9.1.21.3.2. • Informação da localização física de guarda ao controle;
- 3.9.1.21.3.3. • Verificação periódica das condições de proteção e armazenamento;
- 3.9.1.21.3.4. • Separação para distribuição.
- 3.9.1.21.4. Classificação de materiais
- 3.9.1.21.4.1. • Agrupá-los segundo suas formas, dimensão, peso, tipo e uso.
- 3.9.1.21.4.2. • Classificar seguindo suas semelhanças;
- 3.9.1.21.4.3. • Classificar os bens dentro de suas peculiaridades.
- 3.9.1.21.5. Documentação
- 3.9.1.21.5.1. • Ficha de controle de estoque;
- 3.9.1.21.5.2. • Ficha de localização;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- |               |                                   |
|---------------|-----------------------------------|
| 3.9.1.21.5.3. | • Comunicação de irregularidades; |
| 3.9.1.21.5.4. | • Relatório técnico de inspeção;  |
| 3.9.1.21.5.5. | • Requisição de material;         |
| 3.9.1.21.5.6. | • Devolução de material.          |

### 3.10. **UNIFORMES POR POSTO DE TRABALHO:**

3.10.1. Todos os empregados deverão trabalhar uniformizados conforme coloração abaixo e portar crachá, conforme o padrão da CONTRATADA, quais sejam:

- Equipe de Elétrica - Risco 2 – Cor Azul ou cinza com faixa refletiva
- Equipe de Civil - camisa gola polo - outra cor diferente de azul/cinza
- Equipe de hidráulica - camisa gola polo - outra cor diferente de azul/cinza e cor da equipe civil.

3.10.2. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados os equipamentos de proteção de caráter rotineiro e individual, E.P.I., de acordo com a Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho.

3.10.3. Listagem básica dos uniformes e EPIs estão na composição de preços/família de categoria.

3.10.4. Uniforme por posto de Trabalho:

3.10.5. Todos os serviços de natureza insalubre e periculosa deverão ser acompanhados pelo Técnico de Segurança do Trabalho da CONTRATADA.

Lista de EPI's: Descrição

Capacetes

Protetor auricular

Luvras de Couro

Máscara para Poeira, Gás e serralheria.

Cintos de Segurança Tipo Paraquedista

Óculos de Segurança

Capas tipo Morcego

Luvras de proteção para eletricitista

3.11. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados

3.12. Os materiais a serem disponibilizados devem seguir de acordo com o Termo de Referência.

## 4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. **Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

5.1.1.1. Para a contratação, a licitante vencedora deverá atender a todos os requisitos listados neste Termo de Referência e no Edital, pertinentes ao credenciamento, habilitação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



(comprovando regularidade fiscal, técnica e trabalhista) e aceitabilidade da proposta. Sua proposta de execução deverá atender a todos os requisitos do projeto básico e planilhas anexadas ao mesmo. Além disso, sua proposta de preço deverá ter sido declarada e homologada como vencedora do certame;

5.1.1.2. A empresa contratada deverá ter disponibilidade de materiais para execução dos serviços e pessoal técnico especializado para o cumprimento do objeto da licitação;

5.1.1.3. Os trabalhos serão executados por mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar a legislação vigente e as normas técnicas correspondentes a cada serviço;

5.1.1.4. A Contratada, especializada nos serviços de engenharia, objeto da contratação, deverá ter computado nos seus preços unitários e no BDI propostos, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta execução dos serviços, tudo de acordo com o Acórdão 325/2007 e Acórdão 2.369/2011 do TCU;

5.1.1.5. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do licitante vencedor do certame;

5.1.1.6. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços, tais como: perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

5.1.1.7. Quaisquer questionamentos poderão ser enviados a Comissão de licitação através dos e-mails [pregoeiro4@ufba.br](mailto:pregoeiro4@ufba.br) e [ngl@ufba.br](mailto:ngl@ufba.br).

5.1.1.8. Todos os serviços planilhados constam da tabela SINAPI, e não exigem tecnologia específica, não restringindo, portanto, a participação de nenhum fornecedor, desde que atendam aos outros requisitos previstos em edital.

#### 5.1.2. **Duração inicial do contrato**

A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, desde que objetive a obtenção de condições e preços vantajosos para a Administração e a Contratada mantenha as condições exigidas e apresentadas à época da contratação inicial.

#### 5.1.3. **Identificação da necessidade ou não de a contratada promover a transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**

O objeto pretendido se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas são usualmente praticadas no mercado, não havendo qualquer critério de exclusividade ou especificidade que distancie as atividades pretendidas do senso comum, de modo que não se vislumbra a necessidade de estabelecer critérios para transição contratual.

#### 5.1.4. **Quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc) que atendem aos requisitos especificados**

Por não haver qualquer critério de exclusividade ou especificidade que distancie as atividades pretendidas do senso comum, e devido à grande quantidade de empresas prestadoras de serviços comuns de engenharia no mercado, não se achou necessário apresentar quadro identificador. A diversidade de fornecedores no ramo permite uma ampla competição neste certame.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos Estudos Preliminares, a saber:

a) Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser obrigação da contratada:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



o “Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS - devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

o Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- ☐ Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- ☐ Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
- ☐ Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

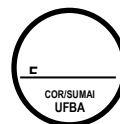
o Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

o Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- ☐ O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- ☐ Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
  - Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação). Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde). Deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- ☐ Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- ☐ Para fins de Fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada apresentará o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (a ser fornecido pela UFBA) comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- o Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
  - ☐ Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
  - ☐ Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
  - ☐ Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para adequada composição da proposta de preço a ser apresentada, faz-se necessária à realização de visita técnica, a fim de inspecionar o local onde os serviços serão executados, haja vista a diversidade das áreas que compõem o objeto do presente certame e a complexidade das atividades que são desempenhadas nos vários ambientes da UFBA. A visita deverá ser agendada junto a Coordenação de Manutenção da SUMAI/UFBA, através do telefone (71) 3283-5815 e deverá ser realizada no período de Segunda a Sexta-Feira, de 08h00min as 12h00min.
- 7.2. A licitante deve apresentar Declaração de Vistoria, conforme modelo anexo ao Edital – de que por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizado o serviço, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.
- 7.3. O profissional que realizar a vistoria deverá portar autorização do responsável técnico indicado pela empresa, caso não seja ele mesmo possível de realizar a visita. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante deverá estar devidamente identificado.
- 7.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior ao dia de abertura da sessão de julgamento.
- 7.5. A apresentação da declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto a ser contrato é obrigatória, não obstante seja facultativa a realização de vistoria. Razão pela qual a alegação de desconhecimento do objeto contratado não será admitida como justificativa para que a contratada se exima das obrigações assumidas em decorrência desta licitação.
- 7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

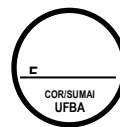
A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### **Antes do início dos serviços – Regras Gerais**

- 8.1. Uma vez sagrando-se vencedora do certame, a licitante deverá providenciar Relatório de Vistoria Inicial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



sempre que se fizer necessário, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Instrumento e seus anexos.

8.2. Elaborar e apresentar à FISCALIZAÇÃO um Relatório de Vistoria Inicial de todas as instalações cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, especificando detalhadamente a situação em que se encontram essas instalações que são objetos da manutenção.

8.3. Apresentar à FISCALIZAÇÃO um Relatório sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento as legislações brasileiras.

8.4. Apresentar à FISCALIZAÇÃO, formalmente, a capacitação profissional do corpo técnico que cumprirá as atividades previstas neste Termo de Referência.

8.5. Apresentação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) de todos os equipamentos e/ou sistemas prediais tais como: subestação, caixas d'água, geradores, quadros elétricos, bombas, etc;

8.6. Apresentação do Plano de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

8.7. Apresentação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;

8.8. Apresentação do Manual de Controle Interno de Prevenção de Acidente de Trabalho;

8.9. Apresentação do fluxograma de procedimentos de emergência;

8.10. Apresentação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico;

8.11. A CONTRATADA assumirá os serviços no estado em que se encontram os equipamentos e instalações, sem ônus adicional para UFBA, ou seja, na primeira manutenção preventiva deverá providenciar a correção de todos os defeitos existentes, bem como substituir todas as peças defeituosas ou acionar a quem de direito quando for o caso de serviço ou obra realizada por empresa terceira.

8.12. A licitante vencedora deverá disponibilizar e informar a UFBA, após a assinatura do contrato, o seu endereço eletrônico (e-mail), para o recebimento e envio de mensagens, relatórios, planilhas e ordens de serviço, dentre outros, o qual se estabelecerá como o principal canal de comunicação com a UFBA, especialmente no trato das demandas diárias.

8.13. Para efeito de agilizar a execução dos chamados de urgência e possibilitar maior otimização dos contatos com a empresa, deverá ser mantido um sistema de comunicação eficiente, por telefone celular e/ou fixo, disponível para atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, qualquer dia da semana, independentemente de ser feriado, fim de semana ou dia útil, sem custos adicionais para o UFBA.

8.14. Qualquer alteração nesses números deverá ser comunicada aos fiscais do contrato do UFBA, com a antecedência necessária a evitar que haja descontinuidade de comunicação.

8.15. Será emitida a ordem de execução de serviço conforme sistemática constante do Software utilizado no gerenciamento da manutenção ou desenvolvimento de rotinas que possam ser aplicadas junto ao Sistema;

8.15.1. A execução do serviço será iniciada com o recebimento da Ordem de Serviço, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro.

8.15.2. Durante a execução dos serviços serão realizados acompanhamento e fiscalização da Administração que fará a verificação dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

8.15.3. A verificação da conformidade da prestação do serviço será realizada com base nos projetos executivos, memoriais descritivos e especificações técnicas.

8.15.4. Quando os serviços contratados forem concluídos, a Contratada apresentará comunicação escrita informando o fato a fiscalização, a qual competirá a verificação dos serviços e tomará as devidas providências a fim de receber provisoriamente e posteriormente, de forma definitiva.

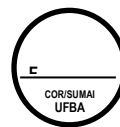
8.16. Durante a elaboração dos serviços, a CONTRATADA deverá:

8.16.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 8.16.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- 8.16.3. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o seu término.
- 8.16.4. Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de disciplina e demais regulamentos em vigor na UFBA, bem como fazer cumprir as "Normas de Segurança e Higiene do Trabalho".
- 8.17. Os serviços constantes no presente Termo de Referência deverão ser executados pela mão de obra residente, que deverá ser capacitada para este fim. Caso os profissionais residentes não tenham condições de realizar os serviços contratados, a partir da análise qualitativa e quantitativa realizada pela fiscalização da UFBA dos serviços prestados, a empresa deverá substituir por outros profissionais com capacidade técnica para execução do serviço, sem ônus e custos adicionais para a UFBA.
- 8.18. Organização da Área de Manutenção: O espaço físico dentro dos campi destinado à organização da manutenção será indicado e disponibilizado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA para que a CONTRATADA possa instalar os containers e oficinas que deverão compreender as áreas de administração, vestiários/sanitários, almoxarifado, oficinas e local para refeições dos empregados,
- 8.18.1. É vedada a utilização de edificações do patrimônio da UFBA para locação de máquina/equipamento e mão de obra da CONTRATADA.
- 8.19. Para a perfeita execução dos serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar 09 (nove) containers com as seguintes características:
- 8.19.1. 03 (três) metálicos climatizados para uso como Escritório: 01 (um) para a Base de Ondina e um para a base do Canela;
- 8.19.2. 03 (três) Containers metálicos para uso como Refeitório: 01 (um) para a Base de Ondina e um para a base do Canela;
- 8.19.3. 03 (três) Containers metálicos adaptados para uso como Vestiário c/ chuveiro elétrico e sanitário: 01 (um) para a Base de Ondina e 01 (um) para a base do Canela.
- 8.20. A UFBA irá disponibilizar o ponto para fornecimento de água, rede lógica, energia elétrica e esgotamento sanitário. A interligação com as redes de água, rede lógica, energia elétrica e esgotamento sanitário será executada pela CONTRATADA sem ônus adicional.
- 8.21. A UFBA irá disponibilizar espaço físico para implantação de duas bases, uma no campus do Canela e uma no campus da Ondina. Todas as obras civis necessárias para a implantação das bases serão executadas pela CONTRATADA sem ônus adicional.
- 8.21.1. A Universidade Federal da Bahia - UFBA não disponibilizará nem se responsabilizará pelos bens patrimoniais constantes do interior dos containers, a exemplo de cadeiras; mesas; estantes; mapotecas; armários; bebedouros; ferramentas, máquina, ar condicionado; arquivo, quadro de aviso, computadores e outros equipamentos.
- 8.21.2. É de inteira responsabilidade da Contratada a guarda e utilização dos bens de sua propriedade, que deverão estar devidamente identificados.
- 8.22. Todo material que for adquirido pela Contratada para atendimento de serviços, após conferência dos quantitativos, especificações técnicas e valores financeiros constantes em Nota Fiscal, deverá ser armazenado no Almoxarifado da SUMAI/UFBA. Logo após a emissão da Ordem de Serviço por parte da Contratante, os materiais serão enviados diretamente para a unidade a ser atendida pela Ordem de Serviço.
- 8.23. A Contratada deverá montar uma oficina de manutenção na base do campus de Ondina em área específica disponibilizada pela SUMAI, a fim de executar serviços pertinentes a Carpintaria, Serralheria, Vidraçaria e demais serviços; essas oficinas deverão ser organizadas, adaptadas e equipadas pela Contratada de forma a atender as demandas das diversas áreas do Plano de Manutenção, sob o acompanhamento e fiscalização da Universidade Federal da Bahia – UFBA..
- 8.24. A Contratada deverá guardar e conservar nas instalações da unidade de maneira adequada, os materiais e equipamentos que estejam sendo utilizados nos serviços, como também manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



8.25. Os resíduos do trabalho deverão ser levados diariamente pela Contratada para locais indicados pela Fiscalização, que posteriormente serão removidos semanalmente pela Contratada para fora do campus sob a fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

8.26. Os "Serviços Auxiliares", tais como, transporte de materiais e equipamentos para os locais dos serviços, tipo: remanejamentos, implantação e manutenção do canteiro de serviços, bem como a remoção de todos os equipamentos, entulhos, restos de obras e a limpeza geral da área após a conclusão dos serviços serão de inteira responsabilidade da Contratada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além de multa por descumprimento contratual.

8.27. **Manutenção Preventiva – Serviços Programados**

8.27.1. A Contratada deverá elaborar um Programa de Manutenção Preventiva, fundamentado nos procedimentos e rotinas de manutenção descrita neste termo de referência e nos manuais de manutenção dos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação.

8.27.2. O Programa de Manutenção Preventiva deverá ser submetido à Fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato

8.28. **Relatórios**

8.28.1. A empresa deve emitir relatórios mensais de acompanhamento de todos os serviços de conservação e manutenção das instalações da Universidade Federal da Bahia, registrando todas as informações necessárias e pertinentes ao assunto, tais como desenvolvimento dos trabalhos periódicos, quadro de solicitações/atendimentos internos no período, demonstrativo fotográfico dos serviços executados.

8.28.2. Os relatórios devem ser submetidos à análise crítica e aprovação da Fiscalização, que poderá atestá-lo ou contestá-lo, mandando refazê-los

8.29. **Manutenção Corretiva**

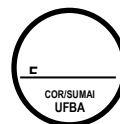
8.29.1. A manutenção corretiva será feita de acordo com o planejamento das Ações Integradas e planejadas pela Coordenação de Manutenção da SUMAI. As solicitações de manutenção (através do sistema da UFBA) serão elaboradas pelos técnicos da SUMAI das áreas de civil, hidráulica e elétrica que farão o levantamento dos serviços, as discriminações e especificações técnicas dos materiais e quantitativos, devendo registrar no sistema e passar à CONTRATADA para sua execução. Também serão feitas solicitações através dos pedidos de manutenções elaborados pelos prepostos de cada unidade da UFBA, que também fará o controle da execução dos serviços "in loco";

8.29.2. Essas solicitações chegarão à CONTRATADA em forma de ORDEM DE SERVIÇO, tantas quantas forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou para a correção de defeitos que venham a prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

8.29.3. Mensalmente deverá ser realizado um relatório com as seguintes informações: Discriminação dos serviços, incluindo data e local, unidade acadêmicas e administrativas dos mesmos; nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório; valores medidos ao término dos serviços preventivos e corretivos; resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período incluindo falta de energia; resumo dos serviços, preventivos e corretivos executados com indicação de pendências e razões de sua existência; sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada; acidentes de trabalho porventura ocorridos; tempo, métodos, ferramentas e instrumentos utilizados na execução de cada tarefa desenvolvida no mês e peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações; parecer sobre o estado dos sistemas e equipamentos que o compõem quando necessário, as built quando necessário, escalas de plantão realizadas e informações sucintas sobre a situação dos sistemas e/ou instalações, indicando as deficiências e sugerindo correções; fichas de inspeção preenchidas durante o mês respectivo e acompanhadas de resumo das anotações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



registradas no diário de ocorrências; relação das peças danificadas e substituídas com a especificação completa, assim como a identificação do local da intervenção entre outras.

8.29.4. A chamada para manutenção de emergências deverá ser resolvida no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas após sua efetiva solicitação da ordem de serviço entregue pelo fiscal do contrato ou superior hierárquico, ou por outro instrumento equivalente.

8.29.5. A conclusão dos serviços ficará condicionada à sua extensão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 02 (dois) dias, salvo anuência por escrito do Contratante.

8.29.5.1. A Contratada deverá apresentar justificativa por escrito, sempre que o conserto dos equipamentos, partes ou peças removidas, exija prazo superior ao disposto neste Termo.

8.29.5.2. Para os serviços que, por sua natureza técnica, não possam ser executados nas dependências da UFBA, a Contratada deverá solicitar, por escrito, autorização para remover o equipamento, partes dele ou peças, não acarretando nessa remoção qualquer ônus para a CONTRATANTE. Também não poderá ultrapassar o prazo estipulado no item anterior

8.30. Os serviços de manutenção serão fiscalizados pelos fiscais dos 04 (quatro) núcleos da Coordenação de Manutenção da SUMAI/UFBA com base na "Programação Diária de Manutenção" vinculada a Programação semanal nas ações integradas. Ao verificar alguma inconformidade na execução do serviço, o fiscal emitirá um Relatório de Não-Conformidade e registrará a ocorrência no sistema.

8.31. Cabe a CONTRATADA reparar às suas expensas, os serviços rejeitados pela fiscalização da Coordenação de Manutenção da Universidade Federal da Bahia - UFBA, por terem sido executados em discordância com as especificações e/ou normas aplicáveis.

#### 8.32. **Serviço de Emergência**

8.32.1. São aqueles considerados como essenciais, necessários à prevenção da ocorrência ou à eliminação de seus efeitos e causas. Considerando uma emergência, o atendimento deverá ser realizado em paralelo à solicitação das Ações Integradas, inclusive a necessidade de pedidos de materiais vinculados às O.S.'s (Ordens de Serviços);

8.32.2. Os trabalhos caracterizados como "Emergência" são iniciados imediatamente após a solicitação e têm regime contínuo de execução, salvo negociação em contrário, prosseguindo até que se alcance uma situação considerada satisfatória e segura pelo Gestor do Contrato.

8.32.3. Os serviços de emergência, considerados como essenciais, caracterizam-se por:

8.32.3.1. Blackouts, incêndios, inundações, alagamentos, desmoronamentos;

8.32.3.2. Risco de ocorrências iminentes que afetem a segurança das pessoas ou instalações;

8.32.3.3. Risco de ocorrências iminentes que causem danos ao meio ambiente;

8.32.3.4. Risco de ocorrências iminentes que causem danos ao Patrimônio;

8.32.3.5. Riscos de ocorrências iminentes a integridade física ao corpo docente, discente, técnico administrativos e transeuntes da comunidade externa;

8.32.3.6. Paralisação total ou parcial do serviço, da produção ou da assistência às pessoas;

8.32.3.7. Outras ocorrências a serem definidas pelo gestor do contrato como emergências, em virtude da imprevisibilidade de situações na UFBA.

8.32.4. Uma vez caracterizada a Emergência, esse atendimento deverá ser realizado por equipe específica para esse fim e não deverá ser realizado pela equipe das Ações Integradas, salvo se por autorização da CONTRATANTE.

8.32.5. A CONTRATADA deverá elaborar plano de ação para atendimento emergencial fora do expediente normal, dispondo de equipamentos de telecomunicação tais como rádios, sistemas de mensagens, telefone celular, ou outros, de forma a proporcionar uma supervisão com atendimento imediato.

#### 8.33. **Atendimento Equipe das Ações Integradas**

8.33.1. São trabalhos importantes que serão realizados por uma equipe técnica, nos quais serão revisadas todas as infraestruturas das unidades acadêmicas e administrativas e os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



serviços necessários ao bom andamento das atividades cotidianas, para correção de grandes falhas ou situações de risco potencial.

8.33.2. A Contratante - UFBA deverá elaborar através dos fiscais de cada Núcleo, um relatório de risco e de Ação Integrada de manutenção, bem como a lista de serviços, lista de materiais, Planejamento das Ações Integradas de cada unidade, para execução da Contratada que seguirá a ordem de prioridade dos serviços estabelecida pela Coordenação de Manutenção/Fiscal, estes serviços deverão ser contemplados as manutenções corretivas e preventivas necessárias.

8.33.3. Durante o período de Intervenção das Ações Integradas, as Solicitações de Serviços que chegarem através do sistema de controle da UFBA, serão atendidas pelas equipes das ações Integradas, retirando a responsabilidade de execução pelos Núcleos, exceto as ações de emergências.

8.33.4. As Ações Integradas são compostas das seguintes equipes:

8.33.5. A cada mês, após a execução de todas as Ações Integradas, a Contratada deverá apresentar um relatório com todas as atividades executadas, mais relatório financeiro discriminado o custo dos materiais, mão-de-obra alocada, encargos trabalhistas e serviços terceirizados (se for o caso) destinados à unidade acadêmica e administrativa, bem como a lista de todo material utilizado, relatório fotográfico e assinadas pelo: Fiscal das Ações Integradas, Preposto de cada Unidade.

8.33.6. Essa ação visa dotar a Universidade de dados de custos, e eficiência para construção de indicadores e, sobretudo, de custos de manutenção/unidades em atendimento às determinações do TCU (Vide modelo de relatório – Anexo ).

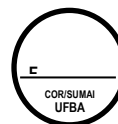
8.34. A Manutenção preventiva e corretiva de que trata esse objeto, abrangerá os seguintes serviços para cada Núcleo abaixo especificado:

PRINCIPAIS ITENS DA MANUTENÇÃO PREDIAL <b>CIVIL</b>	
ELEMENTOS DE COBERTURA	
Estrutura Telhado Coberturas em vidro Coberturas em policarbonato	
PISOS	ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO
Cerâmicos Mármore e granitos Cimentado Madeira Carpetes Emborrachados Fitas antiderrapantes Juntas Rodapés Peitoris Soleiras Aço e concreto celular PVC reforçado	Alvenaria Divisórias Gesso Tijolos Pedras Vidro Carenagens Ferragens Grades Guarda-corpos Acessórios
DRENAGEM	PAVIMENTAÇÃO EXTERNA
Impermeabilização Calhas e rufos	Cerâmico Blocos de concreto Paralelepípedos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



Grades, grelhas, correntes, ralos e condutores.	Concreto Pedras Cimentado
<b>FORRO</b>	<b>PINTURA</b>
Forro de gesso Forro de fibra mineral Forro Isoterm Forro PVC Alçapões	Paredes Comum Segurança Decorativa Piso Prevenção e Combate a Incêndio Anti-pichação Tubulações Estacionamento Esquadrias Grades Janelas, portas e portões. Puxadores Acessórios
<b>ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS</b>	
<b>ESQUADRIAS</b>	<b>FERRAGENS E ACESSÓRIOS</b>
Esquadrias de alumínio Esquadrias de ferro Esquadrias de madeira Janelas Portas Grades Portões Cancelas	Fechaduras, dobradiças e ferragens em geral. Molas de piso Molas aéreas Puxadores Vidros Brises Grades Persianas Corrimãos
<b>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>	
<b>INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA</b>	<b>INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO</b>
Hidrômetro Reservatórios Bombas hidráulicas Válvulas e caixas de descarga Registros, torneiras e metais sanitários. Tanques e louças em geral Acessórios de banheiros para portadores de necessidades especiais Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios). Ralos e aparelhos sanitários Válvulas reguladoras de pressão Tanques hidropneumáticos e acessórios Manutenção nos Tanques (Reservatório de água) Lavagem nos Reservatórios Inferiores e Superiores água potável	Poço de recalque Tubulações (tubos, conexões, fixações, válvulas, registros e acessórios). Ralos e aparelhos sanitários Fossas sépticas Caixas coletoras e caixas de gordura Poços de Visita Caixas de passagem e inspeção
<b>INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>	
Poço de recalque Tubulações (tubos, conexões, fixações, válvulas, registros e acessórios). Ralos e grelhas Caixas de inspeção e caixas de areia	



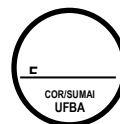
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



Calhas (concreto, PVC ou metálicos)	
<b>Outros Serviços</b>	
Extintores Hidrantes completos e Sprinklers Mangueiras Bombas hidráulicas Válvulas Equipamentos de medição Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios). Sinalização Adequação para atender acessibilidade de PNE Manutenção em Cancelas de acesso Manutenção Tubulação em gás industrial Chaveiro (serviços diversos de chaves e fechaduras) Dentre outras correlacionadas	
<b>PRINCIPAIS ITENS DE MANUTENÇÃO ELETRICA</b>	
<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>	<b>QUADROS ELÉTRICOS</b>
Subestações de Energia em média tensão (15kV) . Entradas de energia em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT). Ramais de Entrada AÉREOS E SUBTERRÂNEOS Transformadores Disjuntores de MT E BT. Chaves Seccionadoras MT E BT. Para-Raios Muflas MT Terminais desconectáveis MT Barramentos e Conectores Sistemas de Aterramento Reles de Proteção Bancos de Capacitores Cabos elétricos Painéis de Media Tensão isolados em (SF6 e Ar) Dispositivos de Proteção contra Surtos de Tensão (DPS) Dispositivos de Interrupção a Corrente Diferencial (DR) Chuveiros Elétricos	Quadros Gerais de Distribuição Quadros de Força e Luz Quadros de Automação e Controle Quadros de Energia Estabilizada Identificação e proteção de quadros Identificação de circuitos e rede
<b>SPDA</b>	<b>SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO</b>
Captadores Pontaletes e Isoladores Cabos de Gaiolas e de Descida Hastes e Cabos Enterrados Conectores e Terminais de Medição	Luminárias para Lâmpadas LED tubulares Refletores Outros tipos de Aparelhos de Iluminação Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle Iluminação de Emergência Iluminação de Alerta e Sinalização Iluminação de Fachada Lâmpadas LED Tubulares Lâmpadas LED E-27 Lâmpadas Fluorescentes Compactas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



	Lâmpadas Fluorescentes Eletrônicas Lâmpadas Incandescentes Comuns e Mistas Lâmpadas Halógenas Lâmpadas Tipo Dicroica Lâmpadas de Vapor Metálico Lâmpadas de Vapor de Mercúrio Lâmpadas Tipo Spot Soquetes e Bocais Reatores Diversos
Tomadas de Uso Comum Tomadas Para Equipamentos Especiais Tomadas Industriais Tomadas em Equipamentos Tipo Rack Tomadas de Sistemas Estabilizados Interruptores	No Breaks diversos Estabilizadores de Tensão Autotransformadores Transformadores Isoladores Ventiladores de Teto

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Planilha Orçamentária, promovendo sua substituição quando necessário;

9.2. As ferramentas e equipamentos a que se diz respeito nesse item são o mínimo necessário a ser disponibilizado pela CONTRATADA para execução dos serviços contidos no presente Termo de Referência. A CONTRATADA deverá também disponibilizar outros itens não relacionados nessa listagem, quando necessários para a perfeita execução dos serviços;

9.3. Os equipamentos e ferramentas, em perfeitas condições de uso e devidamente identificados, deverão estar à disposição dos postos de serviço em quantidade suficientes para a boa execução das atividades.

9.4. Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar 06 (seis) containers já descrito em item anterior.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Importante levar em conta, para bem dimensionar a proposta, as seguintes particularidades:

10.1.1. *Todos os campi da UFBA e suas localizações;*

10.1.2. *Todas as necessidades de equipes de trabalho listadas neste Termo de Referência;*

10.1.3. *Facilidade/dificuldade de aquisição dos materiais solicitados;*

10.1.4. *Possibilidade do atendimento de todas as solicitações.*

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias. De igual modo, devem ser realizadas comunicações ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



trabalhadores terceirizados (IN SLTI/MPOG n. 05/2017, com a redação da IN SLTI/MPOG n. 06/2013 e Ac. TCU 1214/2013-Plenário).

11.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.6. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

11.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.8.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato (O.S.);

11.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos da IN SLTI/MPOG n. 05/2017.

11.11. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, devidamente credenciados e uniformizados.

11.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

12.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

12.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, observando orientações internas da Universidade Federal da Bahia - UFBA quando necessário, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, garantindo agilidade e eficiência nas atividades desenvolvidas, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 12.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.





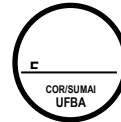
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



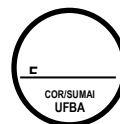
- 12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 12.34.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro e/ou Arquiteto preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



- 12.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 12.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 12.45. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.46. Apresentar o Plano de manutenção Preventiva que deverá ser submetido à Fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato;

12.47. Efetuar a imediata reposição de qualquer empregado, na ocorrência de eventual ausência, de modo a permitir o cumprimento das atividades de cada Posto de Serviço, sob pena de desconto do serviço não executado e computação da falta dos funcionários residentes, bem como em período de férias dos funcionários, e/ou com problemas de saúde, mediante apresentação de atestado médico;

12.48. Providenciar o deslocamento dos empregados aos Postos de serviço, principalmente em caso de greve de transporte coletivo;

12.49. Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.50. Fornecer crachá de identificação a seus empregados, constando o nome, função e com fotografia recente;

12.51. Fornecer uniforme de boa qualidade ao pessoal envolvido na execução dos serviços, providenciando a reposição, sempre que necessário. "Não será permitida a utilização de uniformes surrados, rasgados e em condições precárias de uso e deverá constar no fardamento na parte traseira das camisas " A SERVIÇO DA UFBA".

12.52. Deverá providenciar mensalmente a planilha de controle de concessão de férias e pagamento de 13º salário, em que constem os nomes de todos os empregados que prestam serviços nas dependências da Universidade Federal da Bahia, a data em que foram contratados, as férias já concedidas, previsão de concessão de férias;

12.53. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

12.53.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

12.53.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

12.53.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

12.53.4. Antecedentes criminais;

12.53.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

12.54. Zelar para que seus empregados se apresentem ao serviço devidamente uniformizado e asseado;

12.55. Apresentar a CONTRATANTE relatório mensal de frequência de funcionários mediante sistema de biometria;

12.56. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seus prepostos, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição de qualquer técnico cuja permanência seja, a critério da CONTRATANTE, considerada inadequada na área de trabalho.

12.57. Apresentar relação nominal dos empregados em atividade nas dependências da Universidade Federal da Bahia - UFBA, comunicando qualquer alteração;

12.58. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos;



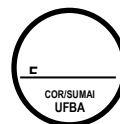
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 12.59. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 12.60. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, prejuízos ao patrimônio público, e prejuízo de caráter acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) causados à Universidade Federal da Bahia - UFBA ou a terceiros, por seus empregados, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei n.º 8.666/93;
- 12.61. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, juntamente com a Fiscalização da Universidade Federal da Bahia – UFBA, mediante apresentação de relatório mensal de frequência de funcionários gerados através de sistema de biometria;
- 12.62. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 12.63. Apresentar comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- 12.64. Observar o adequado manuseio dos equipamentos utilizados para o desenvolvimento das atividades, objetivando sua boa conservação e comunicando de imediato à fiscalização, qualquer anormalidade verificada nos mesmos;
- 12.65. Manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas, removendo os resíduos do trabalho, em sacos de material resistente e porosidade adequada, para locais indicados pela FISCALIZAÇÃO, para posterior retirada do Campus da Universidade Federal da Bahia - UFBA, às suas expensas;
- 12.66. Promover treinamento para o seu pessoal, fora do horário normal de trabalho com programa que contemple as áreas técnicas inerentes aos serviços objetos deste contrato, bem como abordagem dos aspectos de Segurança, Higiene do Trabalho e Biossegurança;
- 12.67. Pagar, rigorosamente em dia, os salários dos empregados, as contribuições previdenciárias decorrentes de leis trabalhistas e outros encargos sociais, os tributos, emolumentos e demais despesas incidentes sobre o presente contrato, em caso contrário será penalizado conforme cláusulas contratuais no que tange a advertência, notificação e multa.
- 12.68. Fornecer e ter disponível na oficina todas as ferramentas e equipamentos tecnicamente necessários para a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva de apoio à plena execução dos serviços, sem ônus adicional a Universidade Federal da Bahia - UFBA;
- 12.69. Os profissionais residentes deverão possuir suas ferramentas e instrumentos de uso individual devidamente identificado.
- 12.70. Os equipamentos devem estar à disposição em quantidade suficiente e em perfeitas condições de uso.
- 12.71. A oficina e os profissionais estarão sujeitos às inspeções periódicas por parte da fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA.
- 12.72. Disponibilizar equipamentos de intercomunicação (rádio celular ou outros meios de comunicação, para maior agilidade na comunicação entre os membros da equipe de manutenção);
- 12.73. Fornecer durante o período do contrato, os materiais de consumo e de uso geral, conforme as necessidades dos serviços de manutenção corretiva e preventiva a serem executados e de acordo com preços do SINAPI (Salvador) – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e ou ORSE, correspondente aos preços do mês da proposta apresentada na planilha orçamentária da contratada, com aplicação do deságio (desconto), de forma a evitar paralisações e/ou interrupções ao andamento dos serviços contratados;
- 12.74. Para pagamento da medição de determinado mês, serão considerados os valores do SINAPI/ORSE do mês da proposta da licitação para material e serviços, com aplicação do deságio, sem adicional de qualquer ordem;
- 12.75. Haverá planilha de material e de serviços eventuais, sendo utilizada para aquisição de materiais e realização de serviços eventuais, a tabela do SINAPI/ORSE do mês da proposta da licitação, em caso de impossibilidade do uso da tabela SINAPI/ORSE, em virtude da inexistência de determinado materiais e serviços nas tabelas do SINAPI/ORSE será feita pesquisa de preço no mercado (03 cotações), pela Coordenação de Orçamento da CONTRATANTE, em qualquer um dos casos haverá a aplicação do deságio, sem ônus adicionais, sendo de obrigação da CONTRATADA o fornecimento dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



materiais e início dos serviços eventuais com prazo máximo de 72 horas, após a emissão da Ordem de Serviço por parte da CONTRATANTE, sendo o não cumprimento deste prazo, objeto de aplicação da penalidades.

12.76. Em caso de prorrogação do contrato esse valor será ajustado pela variação do INCC no período;

12.77. Para fornecimento dos materiais por parte da Contratada deverão ser consideradas as Portarias de padronização existentes, em anexo:

12.77.1. Portaria 023/2006-PR – tintas e massas;

12.77.2. Portaria 377/2008-PR – materiais de elétrica;

12.78. Os insumos/materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção deverão ser fornecidos pela Contratada, sem ônus adicional a Universidade Federal da Bahia - UFBA, e desse modo não estão passíveis de faturamento específico, tais como: óleos lubrificantes, graxas, estopas, querosene, soldas, solventes, escovas de aço, lixas, rolos e pincéis de pintura, material de limpeza, terminais elétricos, fitas isolantes, fitas veda roscas, colas, adesivos, porcas, arruelas, pregos, rebites, parafusos, brocas, lâminas de serra, buchas, conectores RJ11 e RJ45, escadas, andaimes, lonas plásticas, dentre outros materiais correlatos. Tal condição se deve à frequência do uso dos insumos e do seu baixo valor agregado, o que torna desnecessária sua inclusão na lista de materiais de reposição;

12.79. Todos os materiais e produtos a serem fornecidos, deverão ser de 1ª qualidade, reconhecidos tecnicamente e adequados para o seu uso específico, conforme normas técnicas específicas da ABNT e de instituições/ associações normativas de qualidade, pesos e medidas, e nos casos omissos por instituições regulamentadoras e normativas estrangeiras. Todo material deverá ser inspecionado pela fiscalização do contrato, que poderá aprovar ou não à sua utilização. Todo material reprovado deverá ser substituído no prazo de 72 horas;

12.80. As intervenções técnicas e/ou serviços serão executadas nas unidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em anexo a este Termo de Referência. Excepcionalmente, a CONTRATADA poderá, para efeito de cumprimento do previsto no presente Termo de Referência, solicitar a execução de serviços externos aos campi, o que necessitará de autorização da fiscalização do contrato, notadamente de edificações em regime de sessão de uso, comodato, empréstimo, alugadas e ou sob a tutela da UFBA;

12.81. A Contratada deverá utilizar andaimes fachadeiro para execução de serviços em locais que assim o exigirem a exemplo de telhados e fachadas, soba vistoria, aprovação e liberação para uso do Técnico de Segurança do Trabalho da Contratada;

12.82. Apresentar à Fiscalização da Universidade Federal da Bahia - UFBA, a relação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos que deverão compor o seu canteiro de serviço, para fins de emissão do formulário de "Controle de Movimento de Carga", quando da retirada do canteiro dos serviços;

12.83. Retirar e substituir, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, todos os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas que forem julgados inadequados pela Fiscalização, inclusive os que estiverem em desacordo com as Normas de Segurança.

12.84. Catalogar todos os equipamentos sujeitos às intervenções pela Contratada e registro de todos os serviços realizados nos mesmos, constando data, responsável etc.;

12.85. A Contratada deverá realizar o controle da frequência do ponto através do sistema de biometria digital gerado relatórios semanais que deverá ser encaminhado a Contratante para conferência e fiscalização;

12.86. A Contratada deverá apresentar no mês de dezembro de cada ano, relatório circunstanciado contendo todos os custos de manutenção relativos ao contrato de cada unidade/órgão no qual realizou serviços.

12.87. A Contratada também deverá apresentar:

12.87.1. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) em nome da empresa responsável pela execução dos serviços;

12.87.2. Previamente à emissão da Nota Fiscal, apresentar à fiscalização relatório dos serviços de manutenção preventiva e corretiva efetivados no período a ser faturado, para verificação da sua conformidade com os serviços demandados e/ou previstos através do sistema informatizado, bem como Planilha com os materiais utilizados pelos postos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



serviço na execução das referidas atividades, planilha dos serviços eventuais, planilha de mão-de-obra com os encargos sociais circunscrevendo Ação Integrada;

12.88. Para efeito de pagamento será considerado o prazo de atendimento e o nível de qualidade dos serviços executados conforme previsto no Acordo de Níveis de Serviço;

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação total do objeto licitatório.

13.1.1. No caso de subcontratação parcial essa depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

13.2. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais autorizados pela Contratante, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como:

13.2.1. deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.2.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.5. São vedadas:

13.5.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

13.5.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

13.5.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

### 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Universidade Federal da Bahia - UFBA reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, através de servidores especialmente designados em cada núcleo da Coordenação de Manutenção, sendo de sua competência:
- 15.13.1. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
  - 15.13.2. Documentar as ocorrências havidas, acompanhando a frequência dos empregados, através do relatório gerado pela Contratada através do sistema de Biometria Digital;
  - 15.13.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações, encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA, no que se refere à execução do contrato;
  - 15.13.4. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações ou reajustes dos valores do contrato;
  - 15.13.5. Não permitir que os empregados da Contratada lotados nos postos de trabalho executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



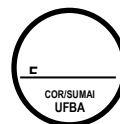
- 15.13.6. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem crachá de identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- 15.14. É Vedado à Administração e seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, reportando-se somente aos prepostos/ engenheiros e/ou arquitetos e encarregados e supervisores por ela indicados.
- 15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Planilha de Medição, juntamente com o Anexo II do TR (Nível de Aceitação dos Serviços), atestada pelo Fiscal, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.2. As medições serão realizadas mensalmente, em intervalos de até 30 (trinta) dias corridos, exceto a medição inicial, que poderá ser realizada em intervalo menor, conforme for o caso.
- 16.3. As medições serão realizadas mensalmente e fechadas no último dia útil do mês, englobando todos os serviços executados e aprovados pela Fiscalização dentro desse período.
- 16.4. Os serviços executados no mês serão medidos pela relação entre as quantidades das Ordens de Serviços efetivamente executadas, e as Ordens de Serviços listadas e entregues a empresa pela Fiscalização até o período da medição. As Ordens de Serviços encaminhadas à empresa serão listadas através de relatórios expedidas pela Fiscalização.
- 16.4.1. As ordens de serviços que não forem executadas por intercorrências da Contratante, não serão computadas para efeito de cálculo de medição no período;
- 16.5. O Fiscal do contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao medido, encaminhará ao representante da empresa contratada o relatório das ordens de serviços emitidas e executadas para que o mesmo possa elaborar e encaminhar a medição à Fiscalização para análise e atesto.
- 16.6. A Contratada dará entrada no protocolo da SUMAI até o 10º dia útil do mês seguinte, do boletim de medição dos serviços executados, em 02 (duas) vias impressas e 01 (uma) via em mídia de toda a medição, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados na IN/SLTI nº 05/2017 e a IN 06/2013.
- 16.7. A apresentação da medição após o 10º dia útil do mês seguinte, implicará na responsabilidade da Contratante pela perda do prazo para os pagamentos dos impostos sobre a Nota Fiscal emitida.
- 16.8. As Medições mensais deverão ser apresentadas impressas e em mídia, constituídas pelos seguintes documentos:
- 16.8.1. Ofício de encaminhamento da medição;
  - 16.8.2. Nota Fiscal/Fatura discriminando a que medição se refere e o seu valor;
  - 16.8.3. As Planilhas dos Boletins de Medição deverão conter a mão de obra, todos os serviços contratados e materiais fornecidos, os quais estão sendo pagos com o respectivo período de sua realização e a memória de cálculo detalhada;
  - 16.8.3.1. Os modelos dos Boletins de Medições serão apresentados e fornecidos à Contratada em reunião a ser marcada após a assinatura do contrato. A Fiscalização encaminhará os modelos de boletim de medição e de memória de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



cálculo a ser adotado e que deverão ser utilizados. Não será aceito planilhas fora do modelo encaminhado.

16.8.4. Relatório totalizando os custos de todas as atividades executadas por unidade/órgão atendido;

16.8.5. Relatório financeiro discriminando a mão de obra alocada, com os encargos trabalhistas, e os custos dos materiais com a lista de todos os materiais utilizados;

16.8.6. Relatório fotográfico em papel timbrado da Contratada e folhas numeradas, informando todas as atividades executadas por unidade/órgão atendido, informando cada etapa correspondente e citando as ordens de serviços em cada uma das fotos, na quantidade suficiente que reflitam os itens medidos;

16.8.7. Comprovante de procedência legal de produtos ou subprodutos florestais utilizados nas etapas executadas, quando for o caso;

16.9. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula dos serviços contratados junto à Previdência Social, as ARTs dos engenheiros e/ou arquitetos responsáveis pelos serviços executados, quando for o caso.

16.10. A Contratada deverá fornecer mensalmente, ou sempre que for solicitada pela Contratante, cópia do SEFIP do mês anterior ao mês da medição, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, rescisão trabalhista com os devidos pagamentos e homologadas;

16.11. A Contratada deverá fornecer a folha de pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços do mês anterior à medição, bem como o relatório de frequências biométrico individualizado;

16.12. A medição será efetuada conforme o progresso da execução dos serviços, pelo gestor do Contrato, segundo os serviços e quantitativos efetivamente realizados para as atividades demandadas pela fiscalização e mediante entrega por parte da Contratada da ordem de serviço devidamente preenchida, assinada e com o atesto do recebimento dos serviços pelo representante do Contratante lotado nas Unidades Administrativas onde serão executados os serviços de manutenção predial;

16.13. A Administração (UFBA) poderá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes;

16.14. A administração poderá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, devendo os mesmos ser entregues à Administração;

16.15. O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle;

16.16. A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitados pela administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:

16.16.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s);

16.16.2. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficialar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB.

16.18. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho e Emprego.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



16.19. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.19.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.19.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.19.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 17. **DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso e todos os documentos já descritos no item 16 - **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.**

17.2. Os serviços, objeto deste certame, serão recebidos após a sua conclusão, através de atesto nas Ordens de Serviços – O.S., pelos servidores das unidades administrativas onde foram executados os trabalhos;

17.3. Entender-se-á por conclusão dos serviços, objeto desta contratação, a realização total do empreendimento, no prazo estabelecido, e sua entrega pela licitante vencedora a Universidade Federal da Bahia em perfeitas condições;

17.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários:

17.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

17.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;





17.4.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

17.4.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.4.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para que este solicite a composição de Comissão para o Recebimento Definitivo;

17.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

17.4.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do relatório do Recebimento Provisório realizado pelo fiscal, o Gestor do Contrato deverá providenciar o Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização, incluindo o Relatório do Recebimento Definitivo elaborado pela Comissão estabelecida para tal e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base na última medição ou no Encontro de Contas.

17.6. O prazo de recebimento definitivo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital. (art. 73, §3º, Lei 8.666/93).

17.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

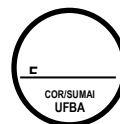
18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir;

19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI de 2022;

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INCCM emitido pela FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

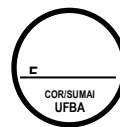
## 20. CONTA VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.2. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.3. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.4. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.5. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

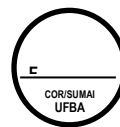
## **21. REPACTUAÇÃO**

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- 21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 21.5. A repactuação aplica-se exclusivamente ao custo relativo à mão-de-obra de dedicação exclusiva;  
 21.5.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nos salários de fevereiro de 2022, somado aos encargos devidos;
- 21.6. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado,  
 21.6.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;  
 21.6.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;  
 21.6.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 21.7. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 21.8. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 21.9. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 21.10. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 21.11. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 21.12. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 21.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 21.14. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
- 21.15. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 21.16. A decisão da UFBA sobre o pedido de repactuação deve ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:  
 21.17.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



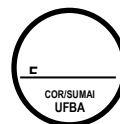
- 21.17.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 21.17.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 21.18. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 21.19. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.20. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 21.21. A repactuação será realizada por apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação contratual, caso em que deverá ser formalizada por aditamento ao contrato.

## **22. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 22.1. Para assinatura do Termo de Contrato, o adjudicatário, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 22.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 22.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - 22.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 22.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 22.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados Na IN SLTI/MPOG 05/2017, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal (agência Ondina – Salvador/Ba), com correção monetária.
- 22.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 22.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 22.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.9. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
- 22.10. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, conforme obrigação assumida pela contratada.
- 22.11. Será considerada extinta a garantia:
- 22.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.11.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

22.11.3. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, observada a legislação que rege a matéria.

## 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:  
 a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta;

g) não cumprir os prazos de aquisição de materiais e serviços eventuais

23.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

23.2.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigível até o momento da apresentação da fatura;

23.2.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

23.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

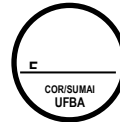
(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

(7) 0,1% por semana de atraso, pela não apresentação do Plano de Manutenção Predial e suas revisões no prazo apresentado neste Termo de Referência;



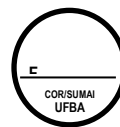
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- (8) 0,01% por ocorrência por deixar de apresentar cópia do comprovante de pagamento dos empregados, dos comprovantes dos recolhimentos das contribuições à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- (9) 0,01% por empregado por dia em deixar de fornecer uniforme dos empregados dentro do padrão e prazo definido pela Administração;
- (10) 0,01% por empregado por dia em deixar de substituir empregado que se apresentar em desacordo com o estabelecido no Edital, Contrato e Termo de Referência;
- (11) 0,1% por ocorrência em deixar de cumprir normas relativas à segurança do trabalho ou deixar de fornecer EPI;
- (12) 0,02% por empregado por dia em deixar de efetuar o pagamento do salário aos empregados do Contrato no devido prazo, fornecer Vale-Transporte ou outro Benefício previsto aos empregados do Contrato;
- (13) 0,01% por ocorrência em deixar de disponibilizar os equipamentos, EPI's e ferramentas previstos neste Termo de Referência;
- (14) 0,01% por ocorrência em Ordens de Serviços que permanecerem por mais de 90 dias sem atendimento nas atividades listadas, quando não devidamente justificadas e aceitas pela Fiscalização.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 23.5. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:
- 23.7. **Quando ultrapassados os limites descritos no Anexo II deste Termo será aplicada também as seguintes multas, conforme o caso:**
  - (I) 0,05% por ocorrência quando a desconformidade estiver acima de 30%, conforme Anexo II;
  - (II) 0,01% por ocorrência quando apresentar Uniformes e crachás em desacordo ao estabelecido neste Termo de Referência. Multa quando reincidente, conforme Anexo II;
  - (III) 0,03% por empregado por dia em razão do não atendimento da quantidade de funcionários em serviço prevista em contrato. Multa quando a desconformidade for acima de 20%, conforme Anexo II.
  - (IV) 0,01% por empregado por dia em razão do descumprimento do tempo regulamentar para substituição de funcionários por falta ou licença. Multa quando a desconformidade for acima de 20%, conforme Anexo II.
  - (V) 0,02% ao dia por deixar de manter preposto (funcionário) no local trabalho. Multa aplicada quando a desconformidade for acima de 20% e for reincidente, conforme Anexo II.
  - (VI) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - (VII) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - (VIII) No caso de atraso dos quantitativos descritos na ordem de execução de serviços solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, dos serviços de Ação Integrada e das atividades de emergência, será aplicada a sanção de retenção na medição do mês subsequente dos valores constantes da Tabela do Anexo II, deste Termo de Referência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI

**Tabela 1**

<b><u>GRAU</u></b>	<b><u>CORRESPONDÊNCIA</u></b>
<u>1</u>	<u>0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>2</u>	<u>0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>3</u>	<u>0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>4</u>	<u>1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>
<u>5</u>	<u>3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato</u>

**Tabela 2**

<b><u>INFRAÇÃO</u></b>		
<b><u>ITEM</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>	<b><u>GRAU</u></b>
<u>1</u>	<u>Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;</u>	<u>05</u>
<u>2</u>	<u>Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;</u>	<u>04</u>
<u>3</u>	<u>Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;</u>	<u>03</u>
<u>4</u>	<u>Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;</u>	<u>02</u>
<u>5</u>	<u>Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;</u>	<u>03</u>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



<b><u>Para os itens a seguir, deixar de:</u></b>		
<u>6</u>	<u>Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;</u>	<u>01</u>
<u>7</u>	<u>Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;</u>	<u>02</u>
<u>8</u>	<u>Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;</u>	<u>01</u>
<u>9</u>	<u>Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;</u>	<u>03</u>
<u>10</u>	<u>Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;</u>	<u>01</u>
<u>11</u>	<u>Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA</u>	<u>01</u>

23.8. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

23.8.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.8.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.8.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.4.

24.4.1. Certidão de Registro da empresa, atualizada, expedida Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30, da Lei nº. 8.666/1993.

24.4.2. Certidão de Registro de seus Responsáveis Técnicos, nas áreas de engenharia elétrica e engenharia civil ou arquitetura, atualizada, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia – CREA, e de Arquitetura do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

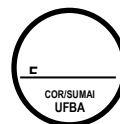
24.4.2.1. **Caso a licitante e/ou seu responsável técnico indicado sejam de outra praça e não apresentem a Certidão de registro do CREA da Bahia, a Certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente, visada pelo CREA-BA de acordo com o artigo 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e resolução no. 413, de 27/06/97, do CONFEA OU CAU-BA quando da assinatura do contrato caso a empresa se sagre vencedora.**

24.4.3. Atestado de capacidade técnica em nome do engenheiro/arquiteto residente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT devidamente registrada na entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, comprovando a execução de serviços de engenharia de manutenção predial, considerada parcela de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto da licitação.

24.4.3.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



24.4.4. Comprovação, de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsáveis Técnicos habilitados nas áreas de Engenharia Civil/ Arquitetura e de Elétrica para realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

24.4.4.1. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais com a empresa poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de registro do empregado ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo se nela constar o nome do profissional indicado **ou com declaração de compromisso de vinculação futura**, caso o Licitante se sagre vencedor do certame.

24.4.4.2. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

24.4.5. Atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), comprovando a realização de serviços de terceirização com no mínimo 50(cinquenta) postos. Atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), comprovando a realização de serviços de engenharia por período não inferior a 05 (cinco) anos.

24.4.5.1. Para a comprovação da experiência mínima de 5 (cinco) anos, será aceito o somatório de atestados, desde que não haja sobreposição dos períodos de prestação dos serviços.

24.4.6. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente – CREA/CAU, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) que a empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s), tenha(m) prestado, a contento, serviço(s) de natureza e vulto compatível(is) com o objeto ora licitado, que permita(m) estabelecer por comparação de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços objeto da presente licitação, em edificações não residenciais de áreas somadas maior ou igual **25.000 m²**, que faça(m) explícita referência às seguintes características mínimas:

- a) Operação e manutenção civil predial com edificações e/ou complexos de edificações com área igual ou superior a 25.000 m²;
- b) Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 5.000 kVA.
- c) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias em edificações e/ou complexos de edificações com área igual ou superior a 25.000 m2.
- d) Operação e manutenção de rede elétrica estabilizada e aterrada para computadores e periféricos com 3.000 pontos.
- e) Operação e manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, dotado de rede de hidrantes, sprinklers, iluminação de emergência, portas corta-fogo, painéis, acionadores manuais, detectores e extintores portáteis.
- f) Manutenção de Subestações de Energia classe de Tensão 15kV: 5.000kVA

24.4.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

24.4.8. A apresentação de documentos com a validade expirada acarretará a inabilitação da LICITANTE. Os documentos, atualizados, somente serão aceitos com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas.

24.4.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

24.4.10. Apresentação das seguintes **Declarações:**

24.4.10.1. **Declaração de aparelhamento e pessoal técnico:** declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, considerados essenciais para a execução contratual, e realização do objeto desta licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos serviços.

24.4.10.2. **Declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto da licitação:** declaração de que o Licitante, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução. Razão pela qual, a alegação de seu desconhecimento não será admitida como justificativa para que a Contratada se exima das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão Eletrônico.

24.4.10.3. A Declaração de conhecimento das condições e grau de dificuldade do objeto a ser contrato deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, declarando estar ciente das condições atuais da edificação e do terreno onde será realizada a obra.

24.4.11. É vedada a participação de cooperativas

24.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.5.1. **Valor Global: da estimativa de preço do órgão.**

24.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

24.6. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

24.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. O custo estimado da contratação é de **Valor Total Estimado do Serviço: R\$ 18.929.901,40 (Dezoito milhões novecentos e vinte e nove mil novecentos e um reais e quarenta centavos).**

25.2. Os preços foram obtidos através das composições dos custos unitários, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa



de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, de acordo com o Decreto nº7.983 de 8 de abril de 2013.

**25.3. Orientações acerca da Planilha Orçamentária:**

- 25.3.1. É de total responsabilidade dos licitantes a verificação e avaliação de todos os itens dos serviços listados na planilha orçamentária (quantidades e preços unitários) para formação do preço da obra apresentada pelo Órgão licitante.
- 25.3.2. É vedado ao licitante fazer quaisquer alterações na planilha orçamentária em relação a listagem de serviço e seus quantitativos. Caso haja discordância por parte do licitante, caberá ao mesmo apresentar pedido de esclarecimentos dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 25.3.3. Caso haja discordância por parte do licitante, em relação ao preço apresentado de um ou alguns itens do orçamento, tido como inexequíveis, caberá ao mesmo apresentar recurso dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, contendo composição de formação do preço dos itens questionados.
- 25.3.4. Caso haja discordância ou divergência significativa por parte de algum licitante, em relação aos quantitativos apresentados na planilha orçamentária de preço, quando da vistoria ou com base nos projetos fornecidos, anexo a esse Termo de Referência, caberá ao mesmo apresentar formalmente à Comissão de licitação, tal fato ou recurso dentro do prazo legal de até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, contendo a memória de cálculo do levantamento do(s) item(ns) questionado(s). Sob pena de ter que arcar com os custos relacionados à execução dos serviços, no caso de se lograr vencedor.
- 25.3.5. Em caso de itens de serviços que não constem na planilha e que sejam necessários para a continuidade dos serviços, a empresa deverá apresentar composição com base no SINAPI ou no mínimo de três cotações com insumos do mercado da cidade de Salvador/BA ou do município no qual a obra será realizada, de modo que justifique o seu recurso e sua possível alteração.- vide item 24.5 - Aditivo de Serviços ou Insumos Novos (itens não constantes na planilha inicial contratada)
- 25.3.6. Não serão considerados após a abertura do certame questionamentos de preços inexequíveis ou de quantitativos errados na planilha orçamentária apresentada pelo órgão
- 25.3.7. Nenhum licitante poderá ofertar preços unitários para cada item orçado, superiores àqueles apresentados pelo órgão, correspondentes à mediana apresentados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.
- 25.3.8. A planilha apresentada pelo órgão tem como base o SINAPI sem desoneração, as empresas que se apresentarem como desoneradas não poderão ter seus preços superiores ao SINAPI com desoneração.
- 25.3.9. O Contratado, especializado nos serviços de engenharia, objeto da contratação deverá ter computado nos seus preços unitários e no BDI propostos, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta execução dos serviços, tudo de acordo com o Acórdão 325/2007 e Acórdão 2.369/2011 do TCU.
- 25.3.10. Tais questionamentos poderão ser enviados a Comissão de licitação através do e-mail [ngl@ufba.br](mailto:ngl@ufba.br) com cópia para [cppo.sumai@ufba.br](mailto:cppo.sumai@ufba.br), [cor.sumai@ufba.br](mailto:cor.sumai@ufba.br).
- 25.3.11. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do licitante vencedor do certame.
- 25.3.12. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços sob alegações tais como: perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

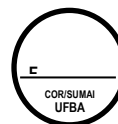
**25.4. Cálculos de BDI e Composições:**

- 25.4.1. Para cálculo da composição do BDI, fica determinado o uso da fórmula contida no Manual de Orientações para a Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU de 2014.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

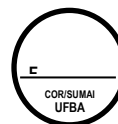
L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

- 25.4.2. O Licitante deverá apresentar e mídia, juntamente com a proposta de preço, a memória de cálculo do BDI de acordo com fórmula apresentada acima e da planilha abaixo, contendo nos campos azuis os valores dos percentuais, ou seja, das taxas que foram adotadas para a sua composição do BDI.
- 25.4.3. Obriga-se o Licitante a apresentar as memórias de cálculo com os valores das taxas, pois a não apresentação das referidas memórias do cálculo do BDI implicará na desclassificação sumária do proponente. É necessário a utilização do modelo de planilhas apresentada junto com o orçamento da UFBA.
- 25.4.4. Consta nos Anexos do TR, na planilha orçamentária, as planilhas de cálculo dos BDI's (serviços e equipamentos) na qual os participantes deverão, nos campos azuis, definirem suas taxas para a formação dos seus BDI's.
- 25.4.5. Os percentuais dos BDI's apresentados pelos Licitantes poderão divergir do apresentado pela UFBA desde que devidamente justificados e, em caso de valor superior aos apresentados pela UFBA, o valor total de todos os serviços não poderá ser superior ao valor estimado pelo orçamento no Item - custo estimado do contrato, desse Termo de Referência.
- 25.4.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI de forma compatível com as alíquotas a que aquelas empresas estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.
- 25.4.7. Caso haja isenção de tributos, deverá ser apresentada a lei que concedeu a isenção.
- 25.4.8. As alíquotas de tributos cotadas pelo Licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 25.4.9. O percentual de ISS deve ser compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra.
- 25.4.10. A não apresentação da planilha de memória de cálculo do BDI e/ou a não utilização da fórmula apresentada para o referido cálculo do BDI implicará na desclassificação automática do Licitante.
- 25.4.11. O Licitante deverá apresentar mídia, juntamente com a proposta de preço, a planilha de Composição de Encargos Sociais, modelo abaixo, devidamente preenchida e assinada ou uma planilha equivalente de acordo com a fornecida pelo SINAPI que possa retratar fielmente seus encargos (PLANILHA EDITAVEL COM AS FORMULAS E DESBLOQUEADA).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI

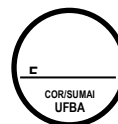


### MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EQUIPE

MEMÓRIA DE CALCULO DO LDI					
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA UFBA		REVISÃO:	07/12/2022		
CLIENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		DATA:	NOVEMBRO/2022		
MEMÓRIA DE CALCULO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	FAIXAS DE ADMISSIBILIDADE DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU		
			MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO
<b>1.00</b>	<b>Despesas Indiretas</b>				
A1	Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
A2	Riscos e Imprevistos	0,50%	0,97%	1,27%	1,27%
A3	Despesas Financeiras	0,87%	0,59%	1,23%	1,39%
A4	Administração Central	4,64%	3,00%	4,00%	5,50%
<b>Total do Grupo A =</b>		<b>6,81%</b>			
<b>2.00</b>	<b>Benefício</b>				
B-1	LUCRO	6,00%	6,16%	7,40%	8,96%
<b>Total do Grupo B =</b>		<b>6,00%</b>			
<b>3.00</b>	<b>Impostos</b>		CÁLCULO DO ISS		
C-1	PIS / PASEP	0,65%	ALÍQUOTA MUNICIPAL (%)	% DE MÃO DE OBRA	ALÍQUOTA FINAL (%)
C-2	COFINS	3,00%			
C-3	ISS	5,00%	5,00%	50,00%	2,50%
C-4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0,00%			
<b>Total do Grupo C =</b>		<b>8,65%</b>			
Fórmula Para Cálculo do B.D.I			VALORES DO BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU		
$BDI = (((1+A4+A1+A2)*(1+A3)*(1+B1))/(1-C))-1$			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
<b>Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I) =</b>		<b>24,00%</b>	20,34%	22,12%	25,00%
<b>Planilha Protegida exceto os itens em azul</b>					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI

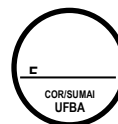


### MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA SERVIÇOS

MEMÓRIA DE CALCULO DO LDI						
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA UFBA			REVISÃO:	07/12/2022		
CLIENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA			DATA:	NOVEMBRO/2022		
MEMÓRIA DE CALCULO						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	FAIXAS DE ADMISSIBILIDADE DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU			
			MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO	
<b>1.00</b>	<b>Despesas Indiretas</b>					
A1	Seguro e Garantia	1,00%	0,80%	0,80%	1,00%	
A2	Riscos e Imprevistos	1,23%	0,97%	1,27%	1,27%	
A3	Despesas Financeiras	1,30%	0,59%	1,23%	1,39%	
A4	Administração Central	5,00%	3,00%	4,00%	5,50%	
Total do Grupo A =		<b>8,53%</b>				
<b>2.00</b>	<b>Benefício</b>					
B-1	LUCRO	8,00%	6,16%	7,40%	8,96%	
Total do Grupo B =		<b>8,00%</b>				
<b>3.00</b>	<b>Impostos</b>		CÁLCULO DO ISS			
C-1	PIS / PASEP	0,65%	ALÍQUOTA MUNICIPAL (%)	% DE MÃO DE OBRA	ALÍQUOTA FINAL (%)	
C-2	COFINS	3,00%				
C-3	ISS	2,50%	5,00%	50,00%	2,50%	
C-4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0,00%				
Total do Grupo C =		<b>6,15%</b>				
Fórmula Para Cálculo do B.D.I			VALORES DO BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU			
$BDI = (((1+A4+A1+A2)*(1+A3)*(1+B1))/(1-C))-1$			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I) =		<b>25,00%</b>	20,34%	22,12%	25,00%	
Planilha Protegida exceto os itens em azul						



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



### MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI DE INSUMOS

MEMÓRIA DE CALCULO DO LDI					
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA UFBA		REVISÃO:	07/12/2022		
CLIENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		DATA:	NOVEMBRO/2022		
			FAIXAS DE ADMISSIBILIDADE DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 E MANUAL DO TCU		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERC. (%)	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO
<b>1.00</b>	<b>Despesas Indiretas</b>				
A1	Seguro e Garantia	0,59%	0,30%	0,48%	0,82%
A2	Riscos e Imprevistos	0,80%	0,56%	0,85%	0,89%
A3	Despesas Financeiras	1,00%	0,85%	0,85%	1,11%
A4	Administração Central	4,00%	1,50%	3,45%	4,49%
Total do Grupo A =		6,39%			
<b>2.00</b>	<b>Benefício</b>				
B1	LUCRO	5,00%	3,50%	5,11%	6,22%
Total do Grupo B =		5,00%			
<b>3.00</b>	<b>Impostos</b>				
C1	PIS / PASEP	0,65%			
C2	COFINS	3,00%			
C3	ISS	0,00%			
C4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0,00%			
Total do Grupo C =		3,65%			
Fórmula Para Cálculo do B.D.I			VALORES DO BDI DIFERENCIADO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ACORDO COM O ACORDÃO N. 2622/2013 DO TCU		
BDI = (((1+A4+A1+A2)*(1+A3)*(1+B))/(1-C))-1			1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Bonificação Sobre Despesas indiretas (B.D.I) =		16,00%	11,10%	14,02%	16,80%
Planilha Protegida exceto os itens em azul					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



### MODELO COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA SINAPI - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					
BAHIA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	TOTAL	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,97%	0,00%	17,97%	0,00%
B2	FERIADOS	3,97%	0,00%	3,97%	0,00%
B3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO	10,90%	8,33%	10,90%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS	2,03%	0,00%	2,03%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	9,21%	7,04%	9,21%	7,04%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	TOTAL	45,90%	16,77%	45,90%	16,77%
GRUPO C					
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,40%	4,13%	5,40%	4,13%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	0,10%	0,58%	0,22%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,25%	3,25%	4,25%	3,25%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	3,72%	2,85%	3,72%	2,85%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,35%	0,45%	0,35%
C	TOTAL	13,95%	10,68%	14,40%	10,80%
GRUPO D					
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,71%	2,82%	16,89%	6,17%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,45%	0,35%	0,48%	0,37%
D	TOTAL	8,16%	3,17%	17,37%	6,54%
TOTAL (A+B+C+D)		84,81%	47,42%	114,47%	70,91%

25.4.12. A não apresentação das planilhas de Encargos Sociais implicará na desclassificação automática do Licitante.

25.4.13. O Licitante deverá apresentar juntamente com a proposta de preço, planilha com todas as composições de preços analíticas de cada serviço listado na planilha de orçamento que efetivou o preço final do objeto licitado, em excel ou similar, de acordo com o modelo abaixo ou planilha equivalente com formulas ativas e desbloqueadas.

25.4.14. A não apresentação das planilhas de Composição Analítica de serviços implicará na desclassificação da proposta.

25.4.15. Também deverá ser considerada, na composição de preços de cada Licitante, a necessidade de que a obra não interfira no funcionamento normal da unidade. Assim, é fundamental que os Licitantes atentem para a necessidade de desenvolver alguns serviços em





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
 Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



finais de semana – devendo ser evitada a utilização de martelletes que geram ruído excessivo, por exemplo.

25.4.16. Durante o processo de julgamento das propostas, caso haja necessidade de algum esclarecimento, será dado, ao licitante, um prazo para atendimento, caso este não seja atendido, caberá a Comissão, a decisão de novo prazo ou inabilitação/desclassificação.

## 25.5. **Composição de Preços / Apresentação da Proposta**

25.5.1. Na composição de preços a licitante deverá considerar em sua proposta todos os custos, custos operacionais, mão de obra, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços,

25.5.2. Deverá ser incluído na Planilha de Custos o percentual de adicional de insalubridade-10% / periculosidade 30%, sobre o salário base vigente, atendendo a legislação federal), para os seguintes postos de serviço e quantitativo de profissionais:

25.5.3. Eletricistas \_ Periculosidade

25.5.4. Encanadores – Insalubridade

25.5.5. Ajudante de Elétrica – Periculosidade

25.5.6. Deverá o licitante observar que o valor do salário base dos profissionais ligados diretamente na execução contratual deverá ser aquele constante da planilha orçamentária do órgão licitante, não podendo ser inferior ao estabelecido e na ausência deste deverá ser observado o quanto disposto em acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou lei.

## 25.6. **Aditivo de Serviços ou Insumos Novos (itens não constantes na planilha inicial contratada)**

25.6.1. Em caso de aditivo de serviços ou insumos novos (itens não previstos na planilha inicial contratada), para precificar os mesmos no momento do aditivo, deve-se adotar uma das duas hipóteses a seguir:

25.6.1.1. retroagir o preço do novo serviço para a data-base da proposta inicial, utilizando o mesmo índice previsto no contrato para reajustamento, aplicando-se o deságio do contrato; ou

25.6.1.2. caso seja possível orçar o novo serviço com preços antigos (por exemplo, um serviço que conste no Sinapi ou Sicro), deve-se fazê-lo, adotando-se a data-base de referência da proposta inicial.

25.6.2. Em todos os casos, sempre que for possível, a composição dos serviços deverá ser feita adotando-se os valores de insumos já contratados na planilha contratada, com os valores da proposta inicial, aplicando-se o deságio oferecido.

25.6.3. Após decorridos 12 meses de contrato, quando do reajuste de contrato, esses itens serão reajustados normalmente, da mesma forma que os itens constantes da planilha inicial, conforme item 19 – REAJUSTE.

## 25.7. **Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**

25.7.1. A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, versa que deve ser promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na avença.

25.7.2. Assim, o reequilíbrio econômico-financeiro não é cabível nestas condições:

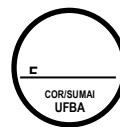
25.7.2.1. no caso de a proposta apresentada pela licitante conter um preço inexequível para determinado serviço, não é possível que as partes repactuem o preço previamente acordado;

25.7.2.2. eventual desequilíbrio econômico-financeiro não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo. A avaliação da equidade do contrato deve ser resultado de um exame global da avença, haja vista que outros itens podem ter passado por diminuições de preço (Acórdão 1.466/2013 – Plenário); e

25.7.2.3. a mera variação de preços, para mais ou para menos, em relação aos preços reajustados, não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI  
Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI



financeiro do contrato, sendo situação totalmente previsível, já que dificilmente os índices contratuais refletem perfeitamente a variação de preços do mercado.

## **26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 26.1.1. Gestão/Unidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA;
- 26.1.2. Fonte de Recursos: Tesouro Nacional / Recursos próprios
- 26.1.3. Programa de Trabalho: 12.364.5013.8282.0029 e/ou 12.364.5013.20RK.0029
- 26.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- 26.1.5. Plano Interno: M8282G0100N e/ou M20RKG01GR
- 26.1.6. Como previsto no Plano Anual de Contratações – 2022 nº 14585 Número do Documento de Formalização da Demanda: 639/2022

Salvador, 20 de janeiro de 2023.

Coord. Magno Alves Fernandes Siape: 1476185  
Técnico em Telecomunicação UFBA / SUMAI

Arq. Eduardo Pugliese Mat. 1659523  
Revisor do TR